

31 de Dezembro de 2008

**F. RAMADA  
INVESTIMENTOS,  
S.G.P.S., S.A.  
(SOCIEDADE ABERTA)**

F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A.  
(Sociedade Aberta)

**Relatório do  
Conselho de Administração**

**Contas Consolidadas**

Rua General Norton de Matos, 68 – R/C  
4050-424 Porto  
Capital Social: 25.641.459 €  
Pessoa Colectiva nº 508 548 527

**ÍNDICE**

---

Introdução	2
Enquadramento Macroeconómico	4
Evolução bolsista	7
Actividade do Grupo	9
Análise financeira	12
Perspectivas para o exercício de 2009	15
Proposta de aplicação de resultados	15
Governo da Sociedade	16
Disposições legais	36
Declaração de responsabilidade	38
Considerações finais	38

**Senhores accionistas**

Dando cumprimento ao disposto na Lei, vem o Conselho de Administração da F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A. (Sociedade Aberta) apresentar o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2008.

**INTRODUÇÃO**

A F. Ramada Investimentos foi constituída em 1 de Junho de 2008, como resultado do processo de cisão do negócio de aços e sistemas de armazenagem da Altri, SGPS, S.A. ("Altri"). A constituição da Empresa resultou de uma reorganização projectada com o objectivo de separar as duas áreas de negócio autónomas correspondentes ao exercício da actividade da gestão de participações sociais, respectivamente, no sector da pasta e papel e no sector do aço e sistemas de armazenagem. Assim sendo, a Altri mantém a gestão da unidade de negócio da pasta e papel e procedeu-se à constituição de uma nova sociedade - a F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A. - unidade de negócios autónoma correspondente ao exercício da actividade de gestão de participações sociais no sector do aço e sistemas de armazenagem.

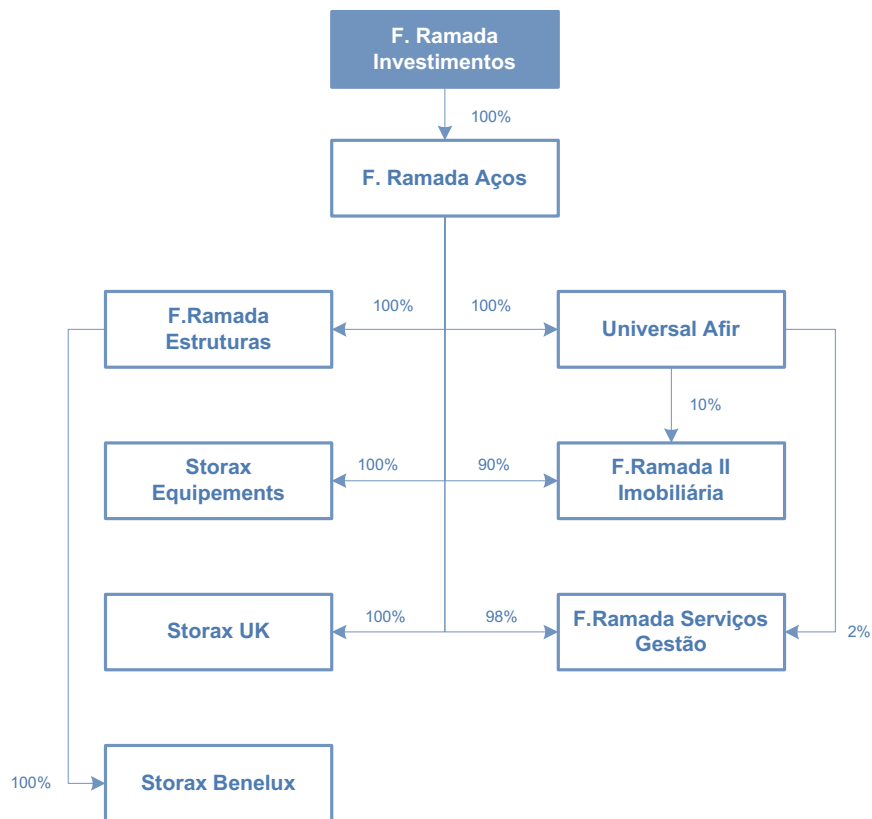
Actualmente, a F. Ramada Investimentos é a sociedade – mãe de um conjunto de empresas ("Grupo F. Ramada") que, no seu conjunto, desenvolvem a sua actividade no mercado de aços – de que se destaca o subsegmento de aços para moldes – e de sistemas de armazenagem. A F. Ramada Investimentos controla ainda a F. Ramada II, Imobiliária, S.A., vocacionada para a gestão de activos imobiliários.

A actividade dos Aços, com uma posição de destaque no mercado nacional, é desempenhada por duas Empresas: a F. Ramada Aços e a Universal Afir.

A actividade de Sistemas de Armazenagem, é realizada por quatro Empresas: a F. Ramada Estruturas – maior fabricante de sistemas de armazenagem em Portugal, e onde se concentra toda a produção do grupo –, a Storax Equipements, a Storax Racking e a Storax Benelux.

De salientar ainda que o Grupo F. Ramada tem vindo a consolidar a sua rede de distribuição europeia, a qual é neste momento composta por três empresas sedeadas em França, no Reino Unido e na Bélgica.

A estrutura das participações do Grupo F. Ramada em 31 de Dezembro de 2008 pode ser representada como segue:



## **ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO**

### **Enquadramento Internacional**

O ano de 2008 foi um ano marcado pela interacção da crise financeira internacional com a desaceleração da actividade económica global. Em grande parte das economias avançadas, desde o final de 2006 que surgia esta tendência para a desaceleração da actividade económica resultado do forte aumento do preço das matérias-primas, mas que este ano foi seriamente intensificada com o impacto da crise financeira na confiança dos agentes económicos. Esta diminuição da actividade económica nas economias avançadas conjugada com a deterioração das condições dos mercados financeiros afectaram seriamente as economias dos mercados emergentes que vinham a ser um dos principais pilares para o crescimento global dos últimos anos e a evidenciar elevadas pressões inflacionistas. Os menores ritmos de crescimento são registados na América Latina e Europa Central e de Leste, regiões que têm diversas relações comerciais com os EUA e onde existem países com grandes défices das balanças correntes financiados por entradas de capitais bancários ou por investimento de carteira.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), estima-se que a Economia Mundial tenha registado uma taxa de crescimento de, aproximadamente, 3,4% o que representa uma desaceleração de cerca de 1,8 pp face a 2007, sendo que o agravamento da crise financeira a partir do Outono esteve na base desta desaceleração.

Durante o último ano assistiu-se a uma severa turbulência financeira que colocou em causa os sistemas bancários. Esta situação traduziu-se em apertadas condições de crédito a nível mundial, uma rápida deterioração da confiança no mundo empresarial e nos consumidores, e por último, uma queda abrupta nas principais bolsas de valores.

Outra perturbação na actividade económica mundial foi a evolução dos preços do petróleo e dos bens alimentares. A cotação do barril de petróleo foi muito influenciada pela elevada procura das economias emergentes e da reduzida oferta resultante de níveis reduzidos de existências e de capacidade excedentária. Já o preço dos bens alimentares foi essencialmente afectado por condições meteorológicas adversas e algumas restrições ao comércio por parte de alguns países exportadores.

A economia global também tem sido bastante afectada pela turbulência nos mercados financeiros internacionais que se caracterizou por uma elevada reavaliação em alta do risco e por uma diminuição de liquidez nos mercados de dívida por grosso e nos mercados monetários interbancários das principais economias das avançadas.

Ao nível da União Europeia a característica mais marcante terá sido o rápido abrandamento económico. O impacto da crise financeira na economia real agudizou-se no final do ano, altura em que a Zona Euro entrou na sua primeira recessão técnica. A procura interna abrandou devido principalmente à desaceleração do investimento e do consumo privado.

No que diz respeito à política monetária do Banco Central Europeu (BCE) verificou-se no primeiro semestre de 2008 uma tendência restritiva (em Julho a taxa de juro de referência atingiu o patamar de 4,25%) de forma a sustentar a tendência inflacionista originada pela escalada dos preços do petróleo e dos bens alimentares. Contudo o agravar da crise financeira eliminou as preocupações inflacionistas e desde Outubro de 2008 que o BCE inverteu a sua política monetária para uma vertente expansionista, cortando sucessivamente a taxa de juro de referência no final de 2008 e no início de 2009, a qual em Março de 2009 atingiu o mínimo histórico de 1,50%.

A nível cambial, as tendências relativamente a 2007 foram invertidas, uma vez que se verificaram perdas do Euro face ao dólar e ao lene.

### **Enquadramento Nacional**

Durante o ano de 2008, Portugal assistiu a uma desaceleração da sua economia, interrompendo desta forma os valores de recuperação dos dois anos homólogos anteriores. O PIB Português cresceu cerca de 0,3% em 2008 o que representa um dos crescimentos mais baixos entre os países da área do Euro e da União Europeia bem como a continuação da divergência da média da Zona Euro. Esta evolução ocorre numa conjuntura de interações entre uma preocupante crise nos mercados financeiros internacionais e numa abrupta desaceleração económica global.

A economia portuguesa traduziu um aumento do défice externo resultado do abrandamento da procura externa e da subida do preço da energia e das matérias-primas, no entanto verificou-se uma nova diminuição da taxa de poupança a nível institucional e particular.

A taxa de inflação, medida pela variação média anual do Índice harmonizado de Preços do Consumidor fixou-se nos 2,6%, que reflecte em particular a evolução dos preços dos bens energéticos.

Resultado de uma economia aberta e plenamente integrada como a portuguesa, a propagação das perturbações no sistema financeiro e a desaceleração da actividade económica mundial teve implicações desfavoráveis. Por um lado, face à elevada incerteza quanto à estabilização dos mercados financeiros, levou a adiamentos nas decisões de consumo e investimento, por outro lado a turbulência nos mercados monetários e nos mercados de financiamento por grosso implicou o aumento das taxas de juro do crédito bancário e contribuiu para uma maior dificuldade das condições de financiamento do sector privado não financeiro.

**Perspectivas futuras**

Os últimos meses de 2008 registaram um dos períodos de maior instabilidade dos mercados financeiros das últimas décadas, acompanhado por uma sincronização invulgar no grau de arrefecimento, acentuado, da actividade económica na generalidade dos países, com particular acuidade no comércio mundial. O ajustamento nos planos de produção e a concomitante revisão de estratégias de negócio deverão acentuar-se ao longo dos primeiros meses de 2009, com repercussão negativa nos níveis de emprego, limitando no imediato uma melhoria da conjuntura. A actuação de estabilizadores automáticos, como a retracção no preço das matérias-primas, a redução agressiva das taxas de juro e as medidas de intervenção directa em sectores económicos mais debilitados deverão contribuir para uma retoma económica e para a normalização do comportamento dos mercados financeiros a prazo, mas não são isentas de risco e com desafios importantes e invulgares na retoma do público pelo privado.

Um enquadramento de débil crescimento económico, relativamente disseminado e com risco de agravamento, apresenta-se propício à intensificação da concorrência e, eventualmente, à ocorrência frequente de fricções geopolíticas, dado o apelo a uma maior intervenção do Estado nas economias. Nestas circunstâncias, o comércio externo, a política cambial e as ajudas ao desenvolvimento poderão retomar um estatuto proeminente na ordem económica e política mundial.

Perspectiva-se que o desempenho da economia em 2009 será marcado por fortes restrições ao financiamento do consumo e do investimento e uma desaceleração generalizada das exportações. Para ainda maior preocupação social, será a subida do desemprego, mas que poderá também provocar uma maior propensão à poupança por motivo de precaução. Envolvidos num ambiente de crise, serão colocados estímulos orçamentais ao crescimento que farão o possível por inverter a situação económica que todos presentamos.

Quanto à evolução do PIB, perspectiva-se uma queda anual entre 1 a 2 por cento, no entanto a recuperação da actividade deverá sentir-se a partir do terceiro trimestre de 2009, apesar de mais lenta que nos EUA.

O cenário mais provável para Portugal será o de uma recessão, em linha com o desempenho médio esperado para a área do Euro. O principal risco advém da capacidade do sistema financeiro manter o nível de captação de fundos no exterior para colmatar a insuficiência da poupança interna, de forma a suavizar a incontornável transição para um regime mais equilibrado em termos do financiamento do consumo e do investimento domésticos. À semelhança da Área do Euro, as pressões inflacionistas deverão ser moderadas ao longo de 2009, reflectindo em simultâneo os menores preços da energia e um contexto de ampla folga produtiva, vertido na manutenção de taxas de desemprego relativamente elevadas.

## EVOLUÇÃO BOLSISTA

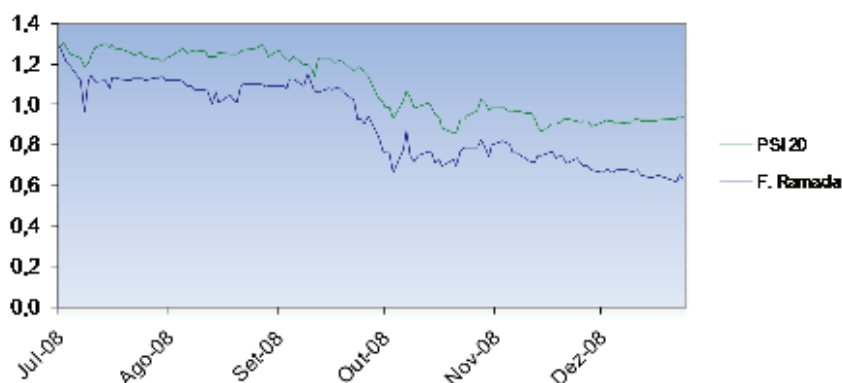
(Nota: Consideramos o PSI 20 como um índice com valor inicial idêntico ao do título em análise, de forma a possibilitar uma melhor comparação das variações das cotações.)

O ano de 2008 ficará na história da bolsa portuguesa como o período mais negro de que há registo na praça nacional. O PSI 20, o seu principal índice, desvalorizou 51% durante 2008, sendo este o pior desempenho de um conjunto de 20 índices mundiais acompanhados pela Euronext.

Em doze meses, a capitalização bolsista do PSI 20 reduziu significativamente. No final de 2007, as 20 empresas incluídas naquele índice tinham uma capitalização bolsista de 94,3 mil milhões de Euros, valendo passado um ano 46,2 mil milhões de Euros, menos 48,1 mil milhões de Euros.

A admissão à negociação das acções da F. Ramada Investimentos ocorreu a 8 de Julho de 2008. As acções representativas do capital social da F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A. foram atribuídas aos accionistas da Altri, SGPS, S.A. mediante a aplicação do factor de 0,25 ao número de direitos de cisão inscritos na respectiva conta de valores mobiliários. A F. Ramada Investimentos, não se diferenciando das restantes empresas cotadas, foi também bastante afectada pelo 2º semestre negativo de 2008, o que se reflectiu na cotação das suas acções.

**Evolução bolsista**



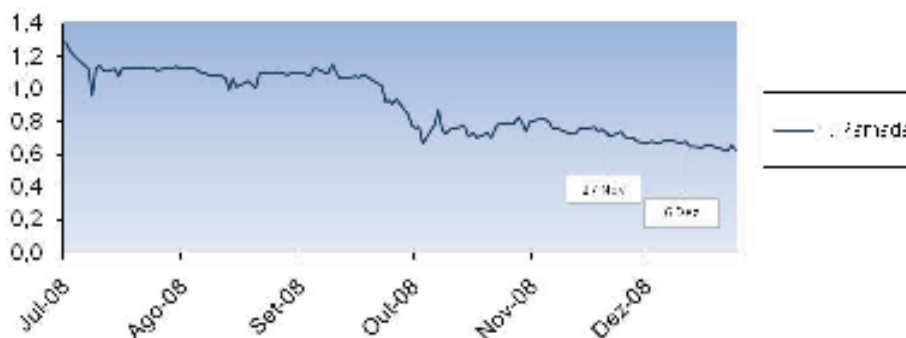
A cotação das acções da F. Ramada Investimentos sofreu uma queda de cerca de 51% desde 8 de Julho até ao final do exercício de 2008, encerrando com um valor unitário de 0,625 Euros e uma capitalização bolsista de cerca de 16 milhões de Euros.

Foram transaccionadas durante o período compreendido entre 8 de Julho de 2008 (data de admissão a cotação) e 31 de Dezembro de 2008 cerca de 3,8 milhões de títulos.



Os principais eventos que marcaram a evolução dos títulos da Empresa desde 8 de Julho até ao final do exercício de 2008 podem ser descritos cronologicamente do seguinte modo:

**Evolução bolsista**



- ❖ Em 27 de Novembro de 2008, foram comunicados ao mercado os resultados do Grupo F. Ramada relativos ao terceiro trimestre de 2008. O Grupo atingiu proveitos operacionais consolidados de cerca de 100,2 milhões de Euros (49 milhões de euros desde 1 de Junho – data da constituição), o que corresponde a um crescimento de 24% face aos valores registados no 3º trimestre de 2007. Os resultados operacionais cifraram-se em cerca de 8,4 milhões de Euros (3,7 milhões de Euros desde 1 de Junho), tendo registado um crescimento de 12% face ao 3º trimestre de 2007. Estes resultados produziram um resultado líquido consolidado de 3,6 milhões de Euros (1,4 milhões de Euros desde 1 de Junho), o que corresponde a um decréscimo de 18% face ao 3º trimestre de 2007;
- ❖ Em comunicado de 6 de Dezembro de 2008 à CMVM a F. Ramada Investimentos SGPS, S.A. anuncia que a Cofihold, SGPS, S.A. alienou, fora de bolsa, 5.250.000 acções da F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A. correspondentes a 20,47% dos direitos de voto, ao preço de 0,679 Euros por acção. Em virtude de tal operação, a Cofihold, SGPS, S.A. deixou de deter qualquer participação no capital social da F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A. Nessa mesma data foi igualmente comunicado que Caderno Azul, SGPS, S.A., Paulo Jorge dos Santos Fernandes, Domingos José Vieira de Matos e Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira adquiriram, fora de bolsa, 1.166.660 acções, 875.000 acções, 875.000 acções e 583.340 acções, respectivamente, da F. Ramada Investimentos ao preço de 0,679 Euros por acção. Em resultado desta operação a Caderno Azul, SGPS, S.A., Paulo Jorge dos Santos Fernandes, Domingos José Vieira de Matos e Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira passaram a deter 2.386.660 acções, 1.666.436 acções, 1.742.429 acções e 1.083.340 acções, respectivamente, representativas de 9,31%, 6,50%, 6,80% e 4,22%, respectivamente, do capital social e direitos de voto da F. Ramada Investimentos.

## ACTIVIDADE DO GRUPO

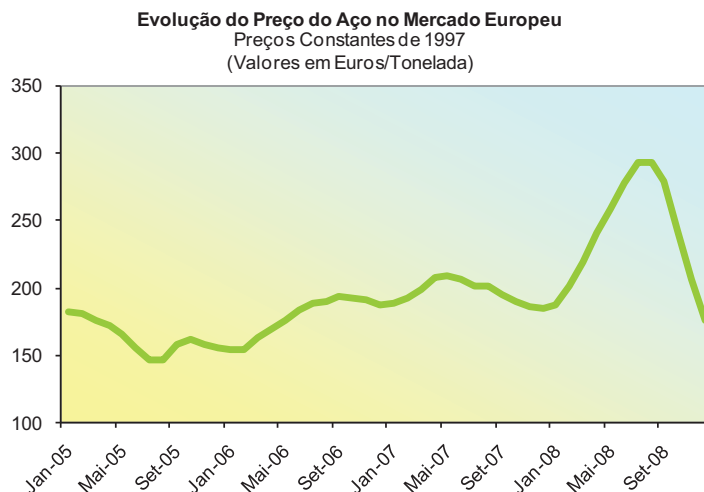
A F. Ramada Investimentos foi constituída em 1 de Junho de 2008, por destaque, mediante cisão-simples da ALTRI nos termos previstos na alínea a) do artigo 118.º do Código das Sociedades Comerciais, da respectiva unidade de negócio autónoma correspondente ao exercício da actividade de gestão de participações sociais no sector do aço e sistemas de armazenagem.

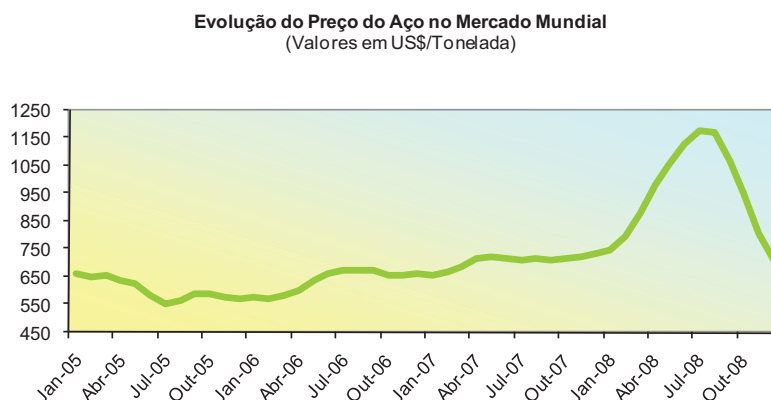
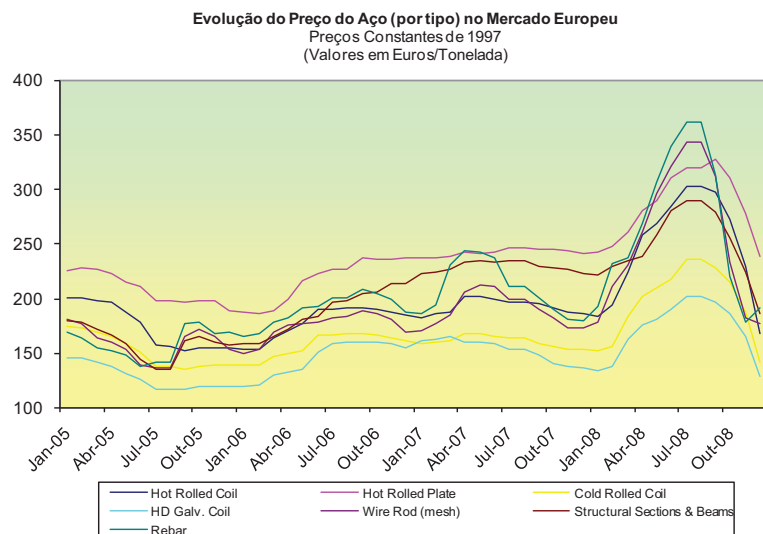
O Grupo F. Ramada é composto por 9 empresas que, no seu conjunto, desenvolvem actividade nos mercados de aços industriais e especiais, sistemas de armazenagem e gestão de activos imobiliários.

No que se refere ao sector dos Aços, os aços produzidos pela F. Ramada - Aços e Indústrias destinam-se maioritariamente à construção de máquinas e seus componentes e à produção de ferramentas (cunhos, cortantes e moldes), tendo como principais mercados de destino a indústria de fabrico de moldes para plástico, de componentes para a indústria automóvel, bens de equipamento.

No exercício de 2008 o mercado manteve bons níveis de actividade nos diversos segmentos. A indústria de moldes continuou a apresentar um bom nível de carteira de encomendas e a indústria metalomecânica, mais dependente do mercado interno, manteve uma procura estável.

Os preços do aço em alta, após as intensas subidas verificadas no 1º semestre, baixaram o ritmo de subida no terceiro trimestre do exercício, invertendo a tendência no último trimestre do ano.





Os stocks mantiveram níveis altos em resultado das compras efectuadas para fazer face às dificuldades do prazo de entrega das siderurgias verificadas ao longo do ano. As vendas reflectiram o bom nível de actividade no mercado, mantendo-se acima dos objectivos estabelecidos. De salientar que o Grupo F. Ramada prosseguiu a execução dos projectos de melhoria da qualidade e produtividade das suas operações.

No 4º trimestre de 2008 o mercado abrandou claramente os níveis de actividade nos diversos segmentos acompanhando o declínio da actividade económica mundial. Assim sendo, o Grupo F. Ramada iniciou a preparação de medidas para fazer face à conjuntura desfavorável que será forçado a enfrentar, admitindo que os seus efeitos venham a ser mais sensíveis a partir de 2009.

A indústria de moldes reduziu progressivamente a procura de aço e a indústria metalomecânica de componentes ajustou em baixa mais rapidamente em resultado da quebra verificada no sector automóvel.

Os preços do aço iniciaram uma descida significativa como consequência da quebra na procura motivada pela redução da actividade industrial e da redução de stocks iniciada a

jusante das siderurgias. Tratou-se de uma inversão de tendência forte e repentina só explicável pela emergência duma crise financeira sem precedentes.

A par da transformação e comercialização de aços, o Grupo Ramada está habilitado a proporcionar aos seus clientes um vasto conjunto de serviços, entre os quais se salientam os tratamentos térmicos, capacidade que lhe advém do profundo know-how que possui neste domínio, bem como dos modernos meios técnicos e logísticos de que dispõe. Assim, o Grupo fornece todo o apoio técnico necessário aos seus clientes, em relação aos quais tem prosseguido uma estratégia de permanente melhoria de qualidade, quer ao nível dos serviços que presta, quer dos produtos que comercializa.

Relativamente ao sector dos Sistemas de Armazenagem, o Grupo representa a garantia de um conhecimento profundo em todas as áreas de armazenagem de materiais, desde a mais simples estante metálica ao mais complexo armazém automático, sendo os seus principais clientes as empresas com actividades logísticas, bem como as indústrias agro-alimentar, alimentar, farmacêutica, de papel e automóvel.

A subida do nível de actividade foi generalizada em todos os mercados e muito concentrada no 1º semestre de 2008, fruto dos projectos ganhos por todo o mundo através dos nossos canais de distribuição das empresas Storax. O nicho da armazenagem frigorífica para a actividade agro-alimentar em que Ramada - Storax é líder mundial foi a sustentação de base para a boa performance de crescimento conseguido.

O factor crítico de sucesso do sector dos Sistemas de Armazenagem foi a existência de produtos de maior valor acrescentado e com diferenciação concorrencial utilizados nas soluções de alta densidade de armazenagem.

No 2º semestre de 2008 assistiu-se a uma queda abrupta do nível de investimentos e forte degradação as margens o que obrigou imediatamente a um forte programa de acção de redução de custos e racionalização de investimentos.

## ANÁLISE FINANCEIRA

### F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A.

A informação financeira consolidada da F. Ramada Investimentos relativa ao ano de 2008 e respectivos comparativos com o período homólogo de 2007 foi preparada de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Com o objectivo de uma melhor compreensão, por parte do mercado em geral, da performance do Grupo Ramada, optou-se por apresentar a informação financeira e operacional deste grupo referente ao exercício de 2008 em comparação com o período homólogo de 2007.

Dado que em substância, a actividade relativa aos exercícios de 2008 e 2007 das empresas que constituem o Grupo F. Ramada não foi alterada pela operação de cisão acima referida, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e a informação comparativa relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foram preparadas no pressuposto de que aquelas empresas já se encontravam numa relação de Grupo, incluindo desta forma os exercícios completos de actividade.

### Principais indicadores

	Grupo Ramada		
	2008	2007	Var%
Receitas operacionais	126.212	110.455	14,3%
Custos operacionais	116.943	99.234	17,8%
<b>EBITDA</b>	<b>11.340</b>	<b>13.170</b>	<b>-13,9%</b>
<b>margem EBITDA</b>	<b>9,0%</b>	<b>11,9%</b>	
Amortizações	2.070	1.948	6,2%
<b>EBIT</b>	<b>9.269</b>	<b>11.221</b>	<b>-17,4%</b>
<b>margem EBIT</b>	<b>7,3%</b>	<b>10,2%</b>	
Resultados financeiros	(5.471)	(1.294)	322,8%
Imposto	(1.076)	(2.588)	
<b>Resultado líquido</b>	<b>2.723</b>	<b>7.340</b>	<b>-62,9%</b>

(Valores em milhares de Euros)

Em 2008 os proveitos operacionais do Grupo Ramada ascenderam a 126.212 milhares de euros, apresentando um crescimento de 14,3% face aos proveitos operacionais de 2007.

O resultado líquido ascendeu a 2.723 milhares de euros, inferior em 62,9% ao registado em 2007.

Os resultados de 2008 foram negativamente afectados pela grande instabilidade dos preços das matérias-primas.

No 1º semestre de 2008 assistiu-se a um aumento de preços e dos prazos de entrega. No 4º trimestre os preços das matérias-primas iniciaram uma trajectória descendente. Com o objectivo de adequar a estrutura de custos a um nível de actividade mais baixo, o Grupo Ramada procedeu a um ajustamento dos recursos humanos, tendo o custo com as rescisões influenciado negativamente o EBITDA em cerca de 2 milhões de euros.

O Grupo F. Ramada compreende duas actividades de negócio: i) Indústria, que inclui as actividades dos Aços especiais e Sistemas de Armazenagem; e ii) Imobiliária, que representa, em grande parte, terrenos florestais que se encontram arrendados.

### Indústria

	2008 IFRS	2007 IFRS	Variação
<b>Total proveitos operacionais</b>	121.441	107.979	12%
<b>EBITDA</b>	6.939	11.582	-40%
<b>Resultados operacionais</b>	5.311	10.037	-47%
<b>Resultados financeiros</b>	(1.804)	(393)	360%
<b>Resultado líquido</b>	2.506	7.077	-65%

(valores em milhares de Euros)

Os proveitos operacionais do segmento Indústria em 2008 ascenderam a 121.441 milhares de euros, apresentando um crescimento de 12% face aos proveitos operacionais de 2007.

O EBITDA do segmento Indústria atingido no exercício de 2008 foi de 6.939 milhares de euros, correspondendo a um decréscimo de 40% face aos 11.582 milhares de euros atingidos em 2007.

O resultado operacional (EBIT) do segmento Indústria foi de 5.311 milhares de euros, correspondendo a um decréscimo de 47% face aos 10.037 milhares de euros de 2007.

O resultado líquido do segmento Indústria ascendeu a 2.506 milhares de euros, inferior em 65% ao resultado líquido registado em 2007.

As encomendas angariadas na actividade Sistemas de Armazenagem, no 4º trimestre de 2008, tiveram um decréscimo de 30% comparativamente com igual período de 2007.

O valor das vendas da actividade dos Aços, no 4º trimestre de 2008, teve um decréscimo de 12% comparativamente com igual período de 2007.

### Imobiliária

	2008 IFRS	2007 IFRS	Variação
Total proveitos operacionais	5.937	3.611	64%
EBITDA	4.400	1.587	177%
Resultados operacionais	3.959	1.184	234%
Resultados financeiros	(3.666)	(901)	307%
Resultado líquido	217	263	-17%

(valores em milhares de Euros)

Os proveitos operacionais do segmento Imobiliária em 2008 foram de 5.937 milhares de euros, apresentando uma subida de 64% face ao ano de 2007.

Em 2008 foram adquiridos 35 milhões de euros de terrenos para arrendamento a terceiros para exploração florestal.

O resultado líquido do segmento Imobiliária ascendeu a 217 milhares de euros, inferior em 17% ao resultado líquido registado em 2007. Este decréscimo deve-se ao aumento significativo dos encargos financeiros, agravados pelo aumento do endividamento e das taxas de juro, que em 2008 atingiram o valor líquido de 3.666 milhares de euros, face aos 901 milhares de euros em 2007.

### Investimentos e endividamento

Em 2008 os investimentos do Grupo Ramada em equipamento produtivo ascenderam a 1.368 milhares de euros.

O endividamento nominal remunerado líquido do Grupo Ramada em 31 de Dezembro de 2008 ascendia a 99.162 milhares de euros.

**PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2009**

A grave crise financeira mundial que se vive actualmente e a grande incerteza que rodeia a evolução da economia europeia, faz com que as perspectivas para o ano de 2009 sejam bastante negativas.

A actividade de Aços especiais está fortemente exposta às indústrias de componentes de automóveis e fabricação de moldes para plástico.

A actividade de Sistemas de Armazenagem está ligada ao desenvolvimento e modernização da logística das empresas que, com o corte generalizado dos investimento que se espera que venha a ocorrer, será também afectada com a actual crise financeira.

O Grupo F. Ramada realizou durante o último trimestre de 2008 uma redução de custos de estrutura para adaptar a empresa a níveis de actividade mais baixos.

**PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO INDIVIDUAL**

A F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A. na qualidade de holding do Grupo, registou nas suas contas individuais preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal um resultado líquido de 1.095 Euros, para o qual, nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

Reserva Legal	55
Reservas Livres	1.040
	-----
	1.095
	=====



**GOVERNO DA SOCIEDADE**

A F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A. adopta os Regulamentos e Recomendações sobre o Governo das Sociedades nos termos descritos ao longo deste relatório.

No cumprimento das orientações constantes do Regulamento da CMVM n.º 07/2001, com as alterações introduzidas pelos Regulamentos n.º 11/2003, n.º 10/2005, n.º 01/2007 e n.º 05/2008 este capítulo pretende ser o resumo dos aspectos fundamentais da gestão da Sociedade no que respeita ao Conselho de Administração, tendo em conta a necessidade de transparência relativamente a esta matéria e a necessidade de informação por parte dos investidores e dos destinatários da informação.

Este capítulo encontra-se organizado segundo as instruções definidas pelo Anexo ao regulamento n.º 05/2008, sendo entendimento do Conselho de Administração de que foram cumpridas, na sua maioria, as disposições constantes das Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedade Cotadas.

## 0. Declaração de cumprimento

### 0.1 Indicação do local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito

Este relatório foi elaborado de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 1/2007, de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Regulamento da CMVM n.º 5/2008, de 15 de Outubro e com o Código de Governo das Sociedades, disponíveis em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

### 0.2 Indicação discriminada das recomendações contidas no Código do Governo das Sociedades da CMVM adoptadas e não adoptadas

A F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A. cumpre com a maioria das recomendações da CMVM relativas ao Governo das Sociedades (conforme numeração do Anexo ao Regulamento da CMVM 05/2008 e no Código do Governo das Sociedades):

Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
<b>I. ASSEMBLEIA GERAL</b>			
<b>I.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL</b>			
I.1.1 O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	√		
I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da assembleia deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.	√		
<b>I.2. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA</b>			
I.2.1 A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis.	√		
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.	√		
<b>I.3. VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO</b>			
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência.	√		
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.		√	
I.3.3 As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.	√		
<b>I.4. QUÓRUM E DELIBERAÇÕES</b>			
I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	√		
<b>I.5. ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS</b>			
I.5.1 As actas das reuniões da assembleia geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes.	√		
<b>I.6. MEDIDAS RELATIVAS A MUDANÇA DO CONTROLO</b>			
I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas.	√		
I.6.2 Os estatutos das sociedades que, respeitando o princípio na alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que possam ser emitidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	√		
I.6.3 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	√		
<b>II. ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO</b>			
<b>II.1. TEMAS GERAIS</b>			
<b>II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA</b>			
II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	√		
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício de transparência do seu governo societário.	√		
II.1.1.3 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.		√	

Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
<b>II.1.2. INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA</b>			
II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.		✓	
II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.			✓
<b>II.1.3. ELIGIBILIDADE E NOMEAÇÃO</b>			
II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	✓		
<b>II.1.4. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES</b>			
II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorrida no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.		✓	
II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.		✓	
<b>II.1.5. REMUNERAÇÃO</b>			
II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles como os interesses da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.	✓		
II.1.5.2 A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela assembleia geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.		✓	
II.1.5.3 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de accionistas.	✓		
II.1.5.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários.			✓
II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.		✓	
<b>II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>			
II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.		✓	
II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	✓		
II.2.3 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.			✓
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.			✓
II.2.5. O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.	✓		
<b>II.3. ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO</b>			
II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	✓		
II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente da conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.			✓
II.3.3 O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.			✓

Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
<b>II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL</b>			
II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) o definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.			✓
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	✓		
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	✓		
II.4.4 A comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	✓		
II.4.5 A comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	✓		
<b>II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS</b>			
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	✓		
II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	✓		
II.5.3 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	✓		
<b>III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA</b>			
<b>III.1. DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO</b>			
III.1.2 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	✓		
III.1.3 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) Convocações para a realização de assembleia geral.			✓

As recomendações I.3.2, II.1.1.3, II.1.2.1, II.1.4.1, II.1.4.2, II.1.5.2, II.1.5.5, II.2.1 e III.1.3 não são adoptadas pela F. Ramada Investimentos ao passo que as recomendações II.1.2.2, II.1.5.4, II.2.3, II.2.4, II.3.2, II.3.3 e II.4.1 não são aplicáveis à F. Ramada Investimentos, conforme apresentado abaixo:

## Recomendações não adoptadas:

- Recomendação I.3.2: O prazo estatutário de antecedência para a recepção de votos por correspondência é de 5 dias úteis, sendo convicção do Conselho de Administração que a diferença face ao prazo estipulado no Código de Governo das Sociedades (3 dias úteis) não é relevante;
- Recomendação II.1.1.3: os órgãos de fiscalização e de administração da F. Ramada Investimentos não possuem regulamentos de funcionamento formalmente aprovados e divulgados no seu sítio da Internet. No entanto as suas competências estão divulgadas nos estatutos da F. Ramada Investimentos a qual tem também um código de conduta aplicável a todos os colaboradores do Grupo e extensível aos seus órgãos de administração, estando em vigor um regulamento relativo às transacções de acções representativas do capital social a F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A.;

- Recomendação II.1.2.1: O Conselho de Administração eleito em Assembleia Geral não inclui qualquer membro que possa ser considerado independente nem possui membros não executivos;
- Recomendação II.1.4.1 e II.1.4.2: Ainda que a política de comunicação de irregularidades internas não esteja formalmente definida, tendo em consideração a proximidade dos membros do Conselho de Administração às actividades das diversas empresas do Grupo e os respectivos colaboradores, a F. Ramada Investimentos considera que tal proximidade permite que sempre que sejam detectadas irregularidades as mesmas sejam prontamente comunicadas ao Conselho de Administração, que assegura a implementação de procedimento que visam lidar de modo eficaz e justo com as eventuais irregularidades detectadas. Ao nível das competências na avaliação de questões éticas e da estrutura e governo societário, tais funções são exercidas directamente pelo Conselho de Administração, que mantém um debate constante sobre esta problemática;
- Recomendação II.1.5.2: A F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A. entende que a divulgação dos parâmetros de cálculo da componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração não traz informação relevante para os accionistas, sendo divulgada no relatório de gestão informação genérica sobre a remuneração fixa e variável dos administradores;
- Recomendação II.1.5.5: A F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A. divulga no presente capítulo informação relativa à remuneração fixa e variável dos seus administradores, entendendo que a divulgação da remuneração individual de cada administrador não traz informação relevante para os accionistas;
- Recomendação II.2.1: Todos os administradores da F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A. são executivos e integram a administração das empresas operacionais. A gestão diária das empresas do Grupo F. Ramada Investimentos é realizada pela administração de cada uma das sociedades a qual integra administradores com competências e pelouros especificamente definidos;
- Recomendação III.1.3: A F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A. divulga informação no sítio da Internet da sociedade apenas em Português. Contudo, existe na sociedade um representante para as relações com o mercado que disponibiliza, se solicitadas, as informações referidas em Inglês.

### Recomendações não aplicáveis:

- Recomendações II.1.2.2, II.2.3 e II.2.4: O Conselho de Administração eleito em Assembleia Geral não possui membros não executivos, pelo que estas recomendações não são aplicáveis à F. Ramada Investimentos;
- Recomendação II.1.5.4: A F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A. não tem qualquer plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores, pelo que esta recomendação não é aplicável à F. Ramada Investimentos;

- Recomendação II.3.2: A F. Ramada Investimentos não tem uma comissão executiva pelo que esta recomendação não lhe é aplicável;
- Recomendações II.3.3 e II.4.1: A F. Ramada Investimentos não tem conselho geral e de supervisão nem comissão para as matérias financeiras pelo que estas recomendações não lhe são aplicáveis.

#### 0.4 Aferição da independência dos membros dos órgãos sociais

Os membros dos órgãos sociais, com excepção do Conselho de Administração, são considerados independentes, sendo a sua independência aferida no momento da sua designação através de declaração expressa dos mesmos.

### **I. ASSEMBLEIA GERAL**

#### I.1 Mesa da Assembleia Geral

A Assembleia Geral é composta por todos os accionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

A Mesa da Assembleia Geral eleita para o mandato 2008/2010 é composta pelos seguintes membros:

- Dr. Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa - Presidente
- Dr. Fernando Eugénio Cerqueira Magro Ferreira - Secretário

O Presidente da mesa da Assembleia Geral dispõe de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades e ao cumprimento das suas funções, sendo que a sua remuneração relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 ascendeu a 5.000 Euros.

#### I.2 Participação na assembleia

A F. Ramada Investimentos, previamente a cada Assembleia Geral, e respeitando os prazos legais, procede a ampla publicitação das datas em que as mesmas ocorrerão, sendo complementado no site institucional da F. Ramada Investimentos ([www.ramadainvestimentos.pt](http://www.ramadainvestimentos.pt)) o aviso da convocatória.

Tem direito a voto o accionista titular de uma acção registada ou depositada em seu nome em sistema centralizado de valores mobiliários. Os registos ou depósitos anteriormente referidos e o bloqueio das acções deverão mostrar-se efectuados e ser comprovados perante a sociedade com a antecedência mínima de cinco dias relativamente à data para que a reunião da Assembleia Geral foi convocada.

### I.3 Voto e exercício do direito de voto

A Assembleia Geral é constituída por todos os accionistas com direito a voto, correspondendo um voto a cada acção.

O voto por correspondência pode ser efectuado nos seguintes termos:

- deverá ser exercido por declaração escrita, com a assinatura devidamente reconhecida (por notário, advogado ou solicitador), acompanhada de documento comprovativo da inscrição de acções em nome do accionista e respectiva imobilização até ao termo do dia da realização da assembleia geral;
- a declaração de se pretender exercer o voto por correspondência e o documento comprovativo da qualidade de accionista devem ser entregues na sede social, até às dezassete horas do quinto dia útil anterior ao dia designado para a reunião, com identificação do remetente, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
- deverá haver uma declaração de voto para cada ponto da Ordem do Dia para o qual seja admitido o voto por correspondência e cada declaração de voto deverá ser enviada em envelope fechado e lacrado, dentro da referida carta, e só poderá ser aberta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral no momento da contagem dos votos, pelo que cada envelope deverá indicar no seu exterior o ponto da Ordem do Dia a que o voto respeitar;
- os votos emitidos por correspondência valerão como votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à emissão do voto;
- a presença na Assembleia Geral do accionista ou de representante deste será entendida como revogação do seu voto por correspondência.

Não existe um modelo especificamente determinado para o exercício do direito de voto por correspondência.

Não se encontra para já prevista a possibilidade do exercício de direito de voto por meios electrónicos.

Os accionistas individuais com direito de voto poderão fazer-se representar por outro accionista, por cônjuge, ascendente ou descendente, ou por qualquer membro do Conselho de Administração. As pessoas colectivas que sejam accionistas da Sociedade serão representadas por quem designarem para o efeito. As representações mencionadas devem ser comunicadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta entregue na sede social, até às dezassete horas do quinto dia anterior ao dia designado para a reunião da Assembleia Geral.

### I.4 Quórum e deliberações

Os estatutos da F. Ramada Investimentos não contemplam qualquer quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto na lei.

### I.5 Actas e informação sobre deliberações adoptadas

As actas das reuniões da Assembleia Geral são disponibilizadas aos accionistas no sítio Internet da F. Ramada Investimentos, sendo mantido neste sítio um acervo histórico da principal informação relativamente a essas reuniões.

### I.6 Medidas relativas à mudança de controlo

A F. Ramada Investimentos não adoptou nenhuma cláusula ou medida defensiva para impedir a livre transmissibilidade das acções representativas do seu capital social e a livre apreciação, pelos Accionistas, do desempenho dos titulares do órgão de Administração.

Tanto quanto é do conhecimento da F. Ramada Investimentos não foi celebrado nenhum acordo parassocial relativamente ao exercício de direitos sociais ou à transmissibilidade das acções nem existe, tanto quanto é do seu conhecimento, qualquer acordo que vise assegurar ou frustrar o êxito de ofertas públicas de aquisição.

## II. **ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO**

### II.1 Temas Gerais

#### II.1.1 Estrutura e competência

#### Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A. são:

- ❖ Assembleia Geral, composta por todos os accionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração;
- ❖ Conselho de Administração, composto actualmente por 4 membros, a quem compete praticar todos os actos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objecto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, accionistas e trabalhadores. À data deste relatório este órgão era composto pelos seguintes membros:
  - João Manuel Matos Borges de Oliveira      Presidente
  - Paulo Jorge dos Santos Fernandes      Vogal
  - Pedro Macedo Pinto de Mendonça      Vogal
  - Domingos José Vieira de Matos      Vogal

Foi comunicado em 2 de Janeiro de 2009 à CMVM o falecimento do membro do Conselho de Administração Carlos Manuel Matos Borges de Oliveira. Desde essa data, as funções deste administrador estão a ser asseguradas pelos restantes membros do Conselho de Administração.



- ❖ Conselho Fiscal, designado pela Assembleia Geral, composto por três membros e um ou dois suplentes, competindo-lhe a fiscalização da sociedade, bem como a designação de um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Em 31 de Dezembro de 2008 este órgão era composto pelos seguintes membros:
  - Dr. João da Silva Natária – Presidente
  - Dr. Manuel Tiago Alves Baldaque de Marinho Fernandes - Vogal
  - Dra. Cristina Isabel Linhares Fernandes – Vogal
  - Dr. Joaquim Augusto Soares da Silva – Suplente
- ❖ Revisor Oficial de Contas (ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas), a quem compete proceder ao exame das contas da sociedade. Em 31 de Dezembro de 2008 esta função era desempenhada pela Deloitte & Associados, SROC S.A.

#### Sistema de controlo de riscos

O Conselho de Administração considera que o Grupo se encontra exposto aos riscos normais decorrentes da sua actividade, nomeadamente ao nível das unidades operacionais. Assim, os principais riscos a que o Grupo considera estar sujeito são: Risco de Crédito, Risco de Taxa de Juro, Risco de Taxa de Câmbio e Risco de variabilidade nos preços de *commodities*.

#### Risco de Crédito

À semelhança de qualquer actividade que envolva uma componente comercial, o Risco de Crédito é um factor primordial tido em consideração pela Administração nas unidades operacionais. Numa primeira abordagem o risco de crédito é gerido através de uma análise continuada do *rating* de crédito de cada um dos clientes, antecipadamente à sua aceitação, e subsidiariamente, através da adequação dos prazos concedidos para pagamento. A avaliação do risco de crédito é efectuada numa base regular, tendo em consideração as condições correntes de conjuntura económica e a situação específica do crédito de cada uma das empresas, sendo adoptados procedimentos correctivos sempre que tal se julgue conveniente.

#### Risco de Taxa de Juro

Tendo em consideração o endividamento a que se encontra exposto o Grupo, eventuais variações sobre a taxa de juro poderão ter um impacto indesejado sobre os resultados. Neste sentido, a adequada gestão do risco de taxa de juro leva a que o Grupo tente otimizar o balanceamento entre o custo da dívida e a exposição à variabilidade das taxas. Assim, quando se considera ultrapassado o limite desejado de exposição ao risco de taxa de juro, são contratados swaps de taxa de juro que cubram a exposição da Empresa ao risco e que atenuem a volatilidade dos seus resultados.

#### Risco de Taxa de Câmbio

A Empresa efectua transacções com entidades não residentes e fixados em moeda diferente de Euro. Deste modo, sempre que considerado necessário para reduzir a volatilidade dos seus resultados, o Grupo procura efectuar uma cobertura da sua exposição à variabilidade da taxa de câmbio através da contratação de instrumentos financeiros derivados.

#### Risco de variabilidade nos preços de *commodities*

Desenvolvendo a sua actividade num sector que transacciona *commodities* (aço), o Grupo encontra-se particularmente exposto a variações de preço, com os correspondentes impactos nos seus resultados. Deste modo, sempre que considerado necessário para atenuar a volatilidade dos seus resultados, o Grupo poderá procurar efectuar uma cobertura da sua exposição à variabilidade dos preços através da contratação de instrumentos financeiros derivados.

Pelo facto da F. Ramada Investimentos ter a qualidade de Sociedade Aberta, existe por parte da Administração e seus colaboradores uma grande atenção no cumprimento dos deveres de confidencialidade nas relações com terceiros, salvaguardando a posição da F. Ramada Investimentos em situações de conflito de interesse.

No que se refere ao seu controlo interno, as empresas operacionais do Grupo F. Ramada Investimentos possuem órgãos de controlo de gestão que exercem a sua actividade a todos os níveis das empresas participadas, elaborando relatórios com periodicidade mensal para cada Conselho de Administração, isto para além da actividade desenvolvida pelo Revisor Oficial de Contas e dos auditores externos, que nos termos da lei exercem funções nas diversas sociedades.

#### II.1.2 Incompatibilidades e independência

Todos os actuais membros do Conselho de Administração da F. Ramada Investimentos desempenham funções executivas e não podem ser considerados independentes de acordo com a definição do n.º 2 do artigo 1º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001.

#### II.1.3 Elegibilidade e nomeação

Os membros dos vários órgãos sociais da Sociedade são eleitos em Assembleia Geral para mandatos com duração de três anos.

Como órgão colegial que é, a aferição da independência do Conselho Fiscal é feita a todos aqueles que o compõem, dada a aplicabilidade do nº 6 do art. 414 do Código das Sociedades Comerciais, considerando-se independência de acordo com a definição que é dada nos termos do nº 5 do art. 414 e incompatibilidade de acordo com a definição do nº 1 do 414-A ambos do Código das Sociedades Comerciais. Os três elementos que compõem o Conselho Fiscal da sociedade cumprem assim as regras de incompatibilidade e de independência acima identificadas.

Relativamente à competência para o exercício de funções todos os membros possuem competências adequadas ao exercício das respectivas funções e o Presidente está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal.

#### II.1.4 Política de comunicação de irregularidades

Ainda que a política de comunicação de irregularidades internas não esteja formalmente definida, tendo em consideração a proximidade dos membros do Conselho de Administração às actividades das diversas empresas do Grupo e os respectivos colaboradores, a F. Ramada Investimentos considera que tal proximidade permite que sempre que sejam detectadas irregularidades as mesmas sejam prontamente comunicadas ao Conselho de Administração, que assegura a implementação de procedimento que visa lidar de modo eficaz e justo com as eventuais irregularidades detectadas. Ao nível das competências na avaliação de questões éticas e da estrutura e governo societário, tais funções são exercidas directamente pelo Conselho de Administração, que mantém um debate constante sobre esta problemática.

#### II.1.5 Remuneração

De acordo com os estatutos da Sociedade, os membros dos órgãos sociais terão as remunerações que forem fixadas pela comissão de remunerações composta por três elementos, um dos quais será o presidente e terá voto de qualidade, todos eleitos por deliberação dos accionistas. Adicionalmente o presidente da comissão de remunerações está presente em todas as reuniões da Assembleia Geral.

##### Presidente da mesa da Assembleia Geral

A remuneração do Presidente da mesa da Assembleia Geral relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 ascendeu a 5.000 Euros.

##### Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração pela Sociedade sendo remunerados directamente pelas restantes sociedades do Grupo F. Ramada Investimentos onde exercem funções de administração. A remuneração dos membros do Conselho de Administração não está directamente dependente da evolução da cotação das acções da Sociedade.

Não se encontra definida nenhuma política de compensações a atribuir aos membros do Conselho de Administração em caso de destituição ou cessação antecipada de contrato.

As remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração da F. Ramada Investimentos durante o exercício de 2008, no exercício das suas funções em empresas do grupo foram como segue (montantes em Euros):

Remuneração fixa	315.200
Remuneração variável	340.000
	-----
	655.200
	=====

A remuneração variável atribuída resulta do desempenho das sociedades que compõem o Grupo, sendo os critérios da sua atribuição antecipadamente definidos e alinhados com a maximização do desempenho de longo prazo da sociedade.

Não existem:

- planos ou sistemas de incentivos relacionados com a atribuição de acções aos membros do Conselho de Administração;
- indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores relativamente à cessão de funções durante o exercício;
- regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores;
- benefícios não pecuniários considerados como remuneração.

A F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A. não possui qualquer plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

#### Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseado na situação da F. Ramada Investimentos e nas práticas correntes de mercado, sendo que relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro a remuneração total dos membros do Conselho Fiscal ascendeu a 21.260 Euros.

#### Auditores

As remunerações pagas aos auditores do Grupo F. Ramada Investimentos e a outras pessoas colectivas pertencentes à mesma rede, pelas empresas em relação de domínio ou de grupo, ascendem a, aproximadamente, 190 mil Euros, distribuídas da seguinte forma:

- Serviços de revisão legal das contas	63%
- Outros serviços de garantia de fiabilidade	19%
- Serviços de consultoria	18%

O Conselho de Administração, na solicitação dos projectos atribuídos aos auditores das empresas do grupo, assegura, antes da sua adjudicação, que a estes e sua respectiva rede não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de Maio de 2002 possam pôr em causa a sua independência. Adicionalmente, a independência é salvaguardada pelo

facto de os outros serviços serem prestados por profissionais diferentes dos que executam os trabalhos de auditoria financeira.

## II.2 Conselho de Administração

De acordo com os actuais estatutos da F. Ramada Investimentos, o Conselho de Administração é constituído por três, cinco, sete ou nove membros, accionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral por períodos de 3 anos, sendo que os actuais membros do Conselho de Administração foram nomeados para o triénio 2008/2010.

Todos os actuais membros do Conselho de Administração da F. Ramada Investimentos desempenham funções executivas e não podem ser considerados independentes de acordo com a definição do n.º 2 do artigo 1º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001.

O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, funciona de forma colegial com as funções de gestão e coordenação das diferentes empresas do Grupo e é constituído actualmente por um presidente e quatro vogais, exercendo todos os membros funções executivas.

Competem ao Conselho de Administração os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade e a realização de todas as operações relativas à execução do objecto social, nomeadamente:

- Adquirir, alienar e onerar quaisquer bens móveis, designadamente veículos automóveis e, observados os limites legais, imóveis;
- Adquirir participações sociais noutras sociedades;
- Alienar participações sociais noutras sociedades;
- Tomar e dar de locação quaisquer bens móveis e imóveis;
- Constituir mandatários ou procuradores para a prática de determinados actos ou categorias de actos, definindo a extensão dos respectivos mandatos;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele activa e passivamente, propor e fazer seguir acções judiciais, confessá-las e nelas desistir da instância ou do pedido e transigir, bem como, comprometer-se em árbitros.

Não existe limitação quanto ao número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, tentando os membros do Conselho de Administração da F. Ramada Investimentos fazer parte das administrações das empresas participadas mais relevantes do grupo, de forma a permitir um mais próximo acompanhamento das suas actividades.

O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros. Durante o ano de 2008 o Conselho de Administração da Sociedade reuniu 6 vezes, estando as correspondentes actas registadas no livro de actas do Conselho de Administração. Relativamente às reuniões dos Conselhos de Administração das sociedades participadas dos quais os administradores da F. Ramada Investimentos também fazem parte, estas ocorrem com a periodicidade necessária ao adequado acompanhamento das suas operações.

A distribuição de pelouros entre os diversos membros do Conselho de Administração pode ser efectuada do seguinte modo:

João Borges Oliveira  
*Presidente*

Paulo Fernandes  
Domingos Matos  
Pedro Pinto Mendonça  
*Vogais do C.A.*

Em 31 de Dezembro de 2008 os actuais membros do Conselho de Administração eram titulares das seguintes acções da F. Ramada Investimentos:

Nome	Nº de acções detidas
João Manuel Matos Borges de Oliveira (a)	2.386.660
Paulo Jorge dos Santos Fernandes	1.681.436
Domingos José Vieira de Matos	1.742.429
Pedro Macedo Pinto de Mendonça	213.125

(a) 2.386.660 acções correspondem ao total das acções da F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A. detidas pela sociedade Caderno Azul – SGPS, S.A., da qual o administrador João Manuel Matos Borges de Oliveira é accionista.

A qualificação profissional dos actuais membros do Conselho de Administração, actividade profissional desenvolvida e a indicação de outras empresas onde desempenha funções de administração, é como segue:

## João Manuel Matos Borges de Oliveira

Foi um dos fundadores da Altri (Sociedade que deu origem à F. Ramada Investimentos, por cisão), desempenha funções de administração da Empresa desde a sua constituição. É licenciado em Engenharia Química pela Universidade do Porto, tendo concluído o MBA do Insead. Desempenha funções nas áreas de media e indústria, bem como na definição estratégica do Grupo.

Para além das Empresas onde exerce actualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1982/1983 Adjunto do Director de Produção da Cortal  
1984/1985 Director de Produção da Cortal  
1987/1989 Director de Marketing da Cortal  
1989/1994 Director Geral da Cortal  
1989/1995 Vice Presidente do Conselho de Administração da Cortal  
1989/1994 Administrador da Seldex  
1996/2000 Administrador não executivo da Atlantis, S.A.  
1997/2000 Administrador não executivo da Vista Alegre, S.A.  
1998/1999 Administrador da Efacec Capital, SGPS, S.A.

As empresas onde desempenha funções de administração em 31 de Dezembro de 2008 são:

- Altri, S.G.P.S., S.A. (a)
- Caima – Indústria de Celulose, S.A. (a)
- Celbi – Celulose da Beira Industrial, S.A. (a)
- Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A. (a)
- Celulose do Caima, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofihold, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofina Media, S.G.P.S., S.A. (a)
- Edisport – Soc. de Publicações, S.A. (a)
- Cofina SGPS, S.A. (a)
- Efe Erre – Participações, S.G.P.S., S.A. (a)
- F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A.
- F. Ramada – Produção e Comercialização de Estruturas Metálicas de Armazenagem, S.A.
- F. Ramada II Imobiliária, S.A.
- F. Ramada Serviços de Gestão, Lda.
- F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
- Storax Racking Systems, Ltd.
- Invescaima, S.G.P.S., S.A. (a)
- Jardins de França – Empreendimentos Imobiliários, S.A. (a)
- Presselivre – Imprensa Livre, S.A. (a)
- Prestimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2008, não podem ser consideradas como fazendo parte do Grupo F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A.

#### **Paulo Jorge dos Santos Fernandes**

Sendo igualmente um dos fundadores da Altri (Sociedade que deu origem à F. Ramada Investimentos, por cisão), desempenha funções de administração da Empresa desde a sua constituição. É licenciado em Engenharia Electrónica pela Universidade do Porto, tendo posteriormente concluído um MBA na Universidade de Lisboa. Desempenha funções nas áreas de media e indústria, bem como na definição estratégica do Grupo.

Para além das Empresas onde exerce actualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

- 1982/1984 Adjunto do Director de Produção da CORTAL
- 1986/1989 Director Geral da CORTAL
- 1989/1994 Presidente do Conselho de Administração da CORTAL
- 1995 Administrador da CRISAL - CRISTAIS DE ALCOBANÇA, SA
- 1997 Administrador do Grupo Vista Alegre, SA
- 1997 Presidente do Conselho de Administração da ATLANTIS - Cristais de Alcobança, SA
- 2000/2001 Administrador da SIC
- 2001 Administrador da V.A.A.

Ao longo da sua carreira, desempenhou ainda funções em diversas associações:

- 1989/1994 Presidente da FEMB (*Fédération Européene de Mobilier de Bureau*) para Portugal
- 1989/1990 Presidente da Assembleia Geral Assoc. Industr. Águeda
- 1991/1993 Membro do Conselho Consultivo Assoc. Ind. Portuense

As empresas onde desempenha funções de administração em 31 de Dezembro de 2008 são:

- Altri, S.G.P.S., S.A. (a)
- Caima – Indústria de Celulose, S.A. (a)
- Celbi – Celulose da Beira Industrial, S.A. (a)
- Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A. (a)
- Celulose do Caima, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofihold, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofina Media, S.G.P.S., S.A. (a)
- CPK – Companhia Produtora de Papel Kraftsack, S.A. (a)
- Edisport – Soc. de Publicações, S.A. (a)
- Cofina SGPS, S.A. (a)
- Efe Erre – Participações, S.G.P.S., S.A. (a)
- F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A.
- F. Ramada – Produção e Comercialização de Estruturas Metálicas de Armazenagem, S.A.
- F. Ramada II Imobiliária, S.A.
- F. Ramada Serviços de Gestão, Lda.
- F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
- Invescaima, S.G.P.S., S.A. (a)
- Mediafin – S.G.P.S., S.A. (a)
- Presselivre – Imprensa Livre, S.A. (a)
- Prestimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ródão Power, S.A. (a)
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2008, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A.

## Pedro Macedo Pinto de Mendonça

Frequentou a Faculdade de Medicina do Porto durante dois anos, detendo a licenciatura em Mecânica pela *Ecole Supérieure de L'Etat* em Bruxelas. É accionista da sociedade desde a constituição tendo igualmente sido nomeado administrador desde a mesma data.

Para além das Empresas onde exerce actualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

- 1959 Director de Abastecimento da Empresa de Metalurgia Artística Lisboa
- 1965 Director de Produção da Empresa de Metalurgia Artística
- 1970 Administrador da Seldex e responsável pelo Departamento Comercial
- 1986 Sócio Fundador da Euroseel
- 1986/1990 Administrador da Euroseel
- 1986 Presidente do Conselho de Administração da Seldex
- 1989 Administrador da Cortal



As empresas onde desempenha funções de administração em 31 de Dezembro de 2008 são:

- Altri, S.G.P.S., S.A. (a)
- Caima – Indústria de Celulose, S.A. (a)
- Celbi – Celulose da Beira Industrial, S.A. (a)
- Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A. (a)
- Celulose do Caima, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofihold, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofina Media, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofina SGPS, S.A. (a)
- Efe Erre – Participações, S.G.P.S., S.A. (a)
- F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A.
- F. Ramada – Produção e Comercialização de Estruturas Metálicas de Armazenagem, S.A.
- F. Ramada II Imobiliária, S.A.
- F. Ramada Serviços de Gestão, Lda.
- F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
- Prestimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Universal Afir – Aços, Máquinas e Ferramentas, S.A.

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2008, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A.

#### **Domingos José Vieira de Matos**

É licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, tendo iniciado actividades de gestão em 1978. É accionista da sociedade desde a constituição tendo igualmente sido nomeado administrador desde a mesma data.

Para além das Empresas onde exerce actualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

- 1978/1994 Administrador da CORTAL, SA
- 1983 Sócio-Fundador da PROMEDE – Produtos Médicos, S.A.
- 1998/2000 Administrador da ELECTRO CERÂMICA, S.A.

As empresas onde desempenha funções de administração a 31 de Dezembro de 2008 são:

- Altri, S.G.P.S., S.A. (a)
- Caima – Indústria de Celulose, S.A. (a)
- Celbi – Celulose da Beira Industrial, S.A. (a)
- Celulose do Caima, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofihold, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofina SGPS, S.A. (a)
- Efe Erre – Participações, S.G.P.S., S.A. (a)
- F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A.
- F. Ramada – Produção e Comercialização de Estruturas Metálicas de Armazenagem, S.A.
- F. Ramada II Imobiliária, S.A.
- F. Ramada Serviços de Gestão, Lda.

- F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
- Jardins de França – Empreendimentos Imobiliários, S.A. (a)
- Prestimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Silvicaíma – Sociedade Silvícola Caima, S.A. (a)
- Universal Afir – Aços, Máquinas e Ferramentas, S.A.

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2008, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A.

#### II.3 Administrador Delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo

Não existe qualquer Comissão Executiva com competências em matéria de gestão. As decisões de gestão são tomadas directamente pelo Conselho de Administração, no desenrolar normal das suas funções, pelo que se considera ser a constituição de uma comissão deste tipo desnecessária ao bom funcionamento da sociedade e à protecção dos interesses dos investidores.

#### II.4 Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as matérias financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal

A fiscalização da sociedade ao Conselho Fiscal ao Revisor Oficial de Contas, sendo o Conselho Fiscal composto por três membros efectivos e um suplente. Sob proposta do Conselho Fiscal a Assembleia Geral designa o Revisor Oficial de Contas para proceder ao exame das contas da sociedade.

Como órgão colegial que é, a aferição da independência do Conselho Fiscal é feita a todos aqueles que o compõem, dada a aplicabilidade do nº 6 do art. 414 do Código das Sociedades Comerciais, considerando-se independência de acordo com a definição que é dada nos termos do nº 5 do art. 414 e incompatibilidade de acordo com a definição do nº 1 do 414-A ambos do Código das Sociedades Comerciais. Os três elementos que compõem o Conselho Fiscal da sociedade cumprem assim as regras de incompatibilidade e de independência acima identificadas.

Relativamente à competência para o exercício de funções consideramos que todos os membros possuem competências adequadas ao exercício das respectivas funções e o Presidente está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal.

Os relatórios anuais do Conselho Fiscal sobre a sua actividade desenvolvida são divulgados no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.

## **II.5 Comissões especializadas**

De acordo com os estatutos da Sociedade, os membros dos órgãos sociais terão as remunerações que forem fixadas por uma comissão de três accionistas, um dos quais será o presidente e terá voto de qualidade, todos eleitos por deliberação dos accionistas. A remuneração dos administradores poderá ser certa ou consistir parcialmente numa percentagem que nunca poderá exceder cinco por cento dos lucros do exercício. Foi aprovada a constituição da Comissão de Remunerações para o triénio 2008-2010, composta pelos seguintes elementos:

- Dr. Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa – Presidente
- Dr. João da Silva Natária - Vogal
- Dr. Fernando Eugénio Cerqueira Magro Ferreira – Vogal

Nenhum membro desta Comissão é membro do órgão de administração da Sociedade assim como não o é nenhum dos seus cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao 3º grau, inclusive. É prática da Comissão de Remunerações fazer-se representar na Assembleia Geral.

Não existem quaisquer outras Comissões formalmente constituídas em funcionamento na Sociedade.

## **III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA**

### **II.1 Deveres gerais de informação**

#### **Distribuição de dividendos**

Tendo sido constituída no decurso do exercício de 2005, a Ramada Investimentos, SGPS, S.A. não tem ainda um historial de distribuição de dividendos perfeitamente definido. No entanto, de acordo com a política definida pelo Conselho de Administração, são propostos montantes relativos a distribuição de dividendos que tenham como objectivo proporcionar uma adequada remuneração aos accionistas do capital investido, sem nunca perder de vista as necessidades de expansão/investimento do Grupo.

Relativamente ao exercício de 2008, o Conselho de Administração propõe a não distribuição de quaisquer dividendos

#### **Negócios entre a sociedade e os membros dos seus órgãos sociais**

Durante o exercício de 2008, não foram realizados quaisquer negócios entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos sociais (de administração e de fiscalização), titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou grupo, que não tenham sido realizados em condições normais de mercado para operações do mesmo género, e sempre inseridas na actividade normal da sociedade, de gestão das suas participações financeiras.

### Relações com o mercado

Na sociedade existe um representante para as relações com o mercado – Dr.<sup>a</sup> Adília Miranda dos Anjos.

Os contactos com vista à obtenção de informações por parte de investidores poderão ser efectuados pelas seguintes vias:

Rua do General Norton de Matos, 68 – r/c

4050-424 Porto

Telefone: 22 8346502

Fax: 22 8346503

E-mail: [adiliamiranda@ramadainvestimentos.pt](mailto:adiliamiranda@ramadainvestimentos.pt)

Sempre que necessário, este representante assegura ao mercado a prestação de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.

Adicionalmente, através da sua página oficial na Internet ([www.ramadainvestimentos.pt](http://www.ramadainvestimentos.pt)), a F. Ramada Investimentos disponibiliza informação financeira relativamente à sua actividade individual e consolidada, bem como das suas empresas participadas. Esta página é igualmente utilizada pela empresa para divulgação de comunicados efectuados à imprensa com indicação sobre quaisquer factos relevantes para a vida societária. Nesta página encontram-se igualmente disponíveis os documentos de prestação de contas da Empresa.

**DISPOSIÇÕES LEGAIS****Acções próprias**

Nos termos e para os efeitos do disposto no art. º 66 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que em 31 de Dezembro de 2008 a F. Ramada Investimentos não detinha acções próprias, não tendo adquirido ou alienado acções próprias durante o ano.

**Acções detidas pelos órgãos sociais da F. Ramada Investimentos**

Nos termos e para os efeitos do disposto no art. 447º do Código das Sociedades Comerciais informa-se que em 31 de Dezembro de 2008, os administradores da Sociedade detinham as seguintes acções:

João Manuel Matos Borges de Oliveira (a)	2.386.660
Paulo Jorge dos Santos Fernandes	1.681.436
Domingos José Vieira de Matos	1.742.429
Pedro Macedo Pinto de Mendonça	213.125

(a) – 2.386.660 acções correspondem ao total das acções da F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A. detidas pela sociedade Caderno Azul – S.G.P.S., S.A., da qual o administrador João Manuel Matos Borges de Oliveira é accionista.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Revisor Oficial de Contas, os membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral não possuíam acções representativas do capital social da F. Ramada Investimentos.

**Participação no Capital da Sociedade**

Nos termos e para os efeitos do disposto nos Artigos 16º e 20º do Código de Valores Mobiliários e no Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que as sociedades e/ou pessoas singulares que têm uma participação social qualificada que ultrapasse os 2%, 5%, 10%, 20%, 33% e 50% dos direitos de voto, e de acordo com as notificações recebidas na sede da sociedade até à data, são como segue:

Superior a 2% dos direitos de voto	Acções detidas em 31.12.2008	% directa de direitos de voto
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira	1.083.340	4,22%

Superior a 5% dos direitos de voto	Acções detidas em 31.12.2008	% directa de direitos de voto
UBS AG, Zurique	2.547.930	9,94%
Caderno Azul, SGPS, S.A. (a)	2.386.660	9,31%
Bestinver Gestión, SGIC, S.A.	2.287.650	8,92%
Promendo – SGPS, S.A. (b)	1.750.000	6,82%
Domingos José Vieira de Matos	1.742.429	6,80%
Paulo Jorge dos Santos Fernandes	1.681.436	6,56%
Ana Rebelo Mendonça Fernandes (c)	1.670.472	6,51%

(a) 2.386.660 acções correspondem ao total das acções da F. Ramada - Investimentos, SGPS, S.A. detidas pela sociedade CADERNO AZUL - SGPS, S.A., da qual o administrador João Manuel Matos Borges de Oliveira é accionista

(b) As 1.750.000 acções da F. Ramada - Investimentos, SGPS, S.A. detidas pela sociedade PROMENDO - SGPS, S.A., consideram-se imputáveis a Ana Rebelo Mendonça Fernandes, sua administradora e accionista, titular de 59,6% do respectivo capital social

(c) Consideram-se, igualmente, imputáveis a Ana Rebelo Mendonça Fernandes, para além dos 1.750.000 acções da F. Ramada - Investimentos, SGPS, S.A. detidas pela sociedade PROMENDO - SGPS, S.A. já referidos em (b), ainda 290.500 acções da F. Ramada - Investimentos, SGPS, S.A. detidas pela sociedade Promendo - Promoções Empresariais, S.A., de que é administradora e accionista, titular de 68% do respectivo capital social. Assim, nos termos legais, consideram-se imputáveis a Ana Rebelo Mendonça Fernandes, um total de 3.710.972 acções, correspondentes a 14,47% do capital e dos direitos de voto da F. Ramada - Investimentos, SGPS, S.A.

A F. Ramada Investimentos não foi notificada de quaisquer participações acima de 20% dos direitos de voto.

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Os membros do Conselho de Administração da F. Ramada Investimentos, S.G.P.S., S.A. declaram assumir a responsabilidade pela presente informação e asseguram que os elementos nela inscritos são verídicos e que não existem omissões que sejam do seu conhecimento.

Nos termos do art. 21º do Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro informamos que não existem dívidas em mora perante o Estado, nomeadamente perante a Segurança Social.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não queremos concluir sem expressar o nosso agradecimento, reconhecendo a dedicação e empenho dos Colaboradores do Grupo F. Ramada Investimentos. Finalmente, gostaríamos de expressar a nossa gratidão pela colaboração prestada pelos restantes Órgãos Sociais, a qual é extensiva às Instituições Bancárias que connosco se relacionaram.

**Porto, 28 de Abril de 2009**

**O Conselho de Administração**

João Manuel Matos Borges de Oliveira – Presidente

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

Pedro Macedo Pinto de Mendonça

Domingos José Vieira de Matos

Declaração nos termos do Art.º 245, 1, al. c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras individuais preparadas de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente aceites em Portugal e as Demonstrações Financeiras consolidadas elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, bem como os demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento dão uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual da F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A. (“F. Ramada”) em 31 de Dezembro de 2008 e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da F. Ramada e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 28 de Abril de 2009

---

João Manuel Matos Borges de Oliveira – Presidente  
Presidente do Conselho de Administração

---

Paulo Jorge dos Santos Fernandes  
Vogal do Conselho de Administração

---

Pedro Macedo Pinto de Mendonça  
Vogal do Conselho de Administração

---

Domingos José Vieira de Matos  
Vogal do Conselho de Administração



**F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.**

**BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(Montantes expressos em Euros)

<b>ACTIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>31.12.2008</b>	<b>31.12.2007<sup>(1)</sup></b>
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Propriedades de investimento	7	78.757.874	43.541.235
Imobilizações corpóreas	8	7.487.031	7.687.093
Imobilizações incorpóreas	9	199.779	253.311
Outros activos não correntes	10	-	-
Investimentos disponíveis para venda	4 e 6	55.254	46.265
Impostos diferidos activos	11	2.866.688	2.410.212
Instrumentos financeiros derivados	6 e 12	-	658.808
<b>Total de activos não correntes</b>		<b>89.366.626</b>	<b>54.596.924</b>
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>			
Existências	13	41.000.720	34.319.735
Clientes	6 e 14	45.801.197	64.598.902
Estado e outros entes públicos	6 e 15	1.037.227	733.600
Outras dívidas de terceiros	6 e 16	563.475	576.899
Outros activos correntes	6	2.103.716	441.196
Caixa e equivalentes de caixa	6 e 17	14.684.831	63.676.574
		<b>105.191.166</b>	<b>164.346.906</b>
Activos detidos para venda	18	2.217.218	4.274.855
<b>Total de activos correntes</b>		<b>107.408.384</b>	<b>168.621.761</b>
<b>Total do activo</b>		<b>196.775.010</b>	<b>223.218.685</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	19	25.641.459	25.641.459
Reserva legal	19	3.849.956	3.524.644
Reserva de conversão	19	(1.045.042)	(373.331)
Outras reservas	19	8.270.000	1.256.950
Resultado líquido consolidado do exercício		2.723.016	7.339.596
Total do capital próprio atribuível aos accionistas da Empresa-Mãe		<b>39.439.389</b>	<b>37.389.318</b>
Interesses minoritários		-	-
<b>Total do capital próprio</b>		<b>39.439.389</b>	<b>37.389.318</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários	6 e 20	66.105.297	40.014.262
Outros credores não correntes	6 e 21	308.288	251.433
Provisões	26	160.404	64.537
Impostos diferidos passivos	11	129.155	324.608
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>66.703.144</b>	<b>40.654.840</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários	6 e 20	25.810.434	55.694.927
Outros empréstimos - parcela de curto prazo	6 e 20	21.957.928	20.688.136
Fornecedores	6 e 22	19.626.522	51.150.780
Estado e outros entes públicos	6 e 15	2.914.047	3.364.607
Outras dívidas a terceiros	6 e 23	3.010.489	2.599.853
Outros passivos correntes	6 e 25	17.313.057	11.676.224
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>90.632.477</b>	<b>145.174.527</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>196.775.010</b>	<b>223.218.685</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

(1) Ver nota 1.1 do anexo.

O Conselho de Administração

**F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A**

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS PRO FORMA <sup>(1)</sup> DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**  
(Montantes expressos em Euros)

	<b>Notas</b>	<b>31.12.2008 <sup>(1)</sup></b>	<b>31.12.2007 <sup>(1)</sup></b>
Proveitos operacionais			
Vendas	32	114.913.396	101.990.728
Prestações de serviços	32	10.180.286	6.413.761
Outros proveitos operacionais	30	1.118.812	2.050.739
Total de proveitos operacionais		<u>126.212.494</u>	<u>110.455.228</u>
Custos operacionais			
Custo das vendas	13	69.940.581	60.948.725
Fornecimentos e serviços externos		23.690.948	20.377.018
Custos com o pessoal		16.196.519	13.301.971
Amortizações e depreciações	8 e 9	2.070.138	1.948.457
Provisões e perdas por imparidade	26	3.590.668	1.521.179
Outros custos operacionais		1.454.154	1.136.747
Total de custos operacionais		<u>116.943.008</u>	<u>99.234.097</u>
Resultados operacionais		<u>9.269.486</u>	<u>11.221.131</u>
Ganhos / (Perdas) em instrumentos derivados	12	(444.808)	658.808
Custos financeiros	28	(6.483.531)	(2.656.775)
Proveitos financeiros	28	1.457.438	704.065
Resultado antes de impostos		<u>3.798.585</u>	<u>9.927.229</u>
Impostos sobre o rendimento	11	(1.075.569)	(2.587.633)
Resultado depois de impostos		<u>2.723.016</u>	<u>7.339.596</u>
Atribuível a:			
Detentores de capital próprio da empresa-mãe		2.723.016	7.339.596
Resultados por acção:			
Básico	31	0,11	0,29
Diluído	31	0,11	0,29

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

(1) Ver nota 1.1 do anexo.

O Conselho de Administração

**F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.****DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS PRÓ-FORMA<sup>(1)</sup> DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe					Total do Capital próprio
	Capital social	Reserva legal	Reservas de conversão	Outras reservas	Resultado líquido	
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	25.641.459	2.476.231	(141.252)	(1.328.703)	7.639.360	34.287.095
Aplicação do resultado consolidado de 2006:						
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	1.048.413	-	2.590.947	(3.639.360)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(4.000.000)	(4.000.000)
Variação nas reservas:						
Reservas de conversão	-	-	(232.079)	-	-	(232.079)
Outros	-	-	-	(5.294)	-	(5.294)
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	7.339.596	7.339.596
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>25.641.459</u>	<u>3.524.644</u>	<u>(373.331)</u>	<u>1.256.950</u>	<u>7.339.596</u>	<u>37.389.318</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	25.641.459	3.524.644	(373.331)	1.256.950	7.339.596	37.389.318
Aplicação do resultado consolidado de 2007:						
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	325.312	-	7.014.284	(7.339.596)	-
Variação nas reservas:						
Reservas de conversão	-	-	(671.711)	-	-	(671.711)
Outros	-	-	-	(1.234)	-	(1.234)
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008	-	-	-	-	2.723.016	2.723.016
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	<u>25.641.459</u>	<u>3.849.956</u>	<u>(1.045.042)</u>	<u>8.270.000</u>	<u>2.723.016</u>	<u>39.439.389</u>

(1) Ver nota 1.1 do anexo.

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## **F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.**

### **DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PRO-FORMA** **PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(Montantes expressos em Euros)

	<b>31.12.2008 <sup>(4)</sup></b>		<b>31.12.2007 <sup>(4)</sup></b>	
Actividades operacionais:				
Recebimentos de clientes	180.929.603		124.582.677	
Pagamentos a fornecedores	(196.573.852)		(113.609.443)	
Pagamentos ao pessoal	(11.890.371)	(27.534.620)	(10.537.011)	436.223
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(14.299.000)		(17.453.688)	
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas	614.246	(13.684.754)	(497.514)	(17.951.202)
<i>Fluxos gerados pelas actividades operacionais (1)</i>		<u>(41.219.374)</u>		<u>(17.514.979)</u>
Actividades de investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Imobilizações corpóreas	75.151		656.122	
Juros e proveitos similares	2.047.517	2.122.668	782.913	1.439.035
Pagamentos relativos a:				
Investimentos financeiros	(5.000)		-	
Imobilizações incorpóreas	(1.806)		(45.176)	
Imobilizações corpóreas	(2.339.538)	(2.346.344)	(1.951.998)	(1.997.174)
<i>Fluxos gerados pelas actividades de investimento (2)</i>		<u>(223.676)</u>		<u>(558.139)</u>
Actividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Subsídios ao investimento	10.154		73.558	
Empréstimos obtidos	38.747.992	38.758.146	89.920.000	89.993.558
Pagamentos respeitantes a:				
Amortização de contratos de locação financeira	(368.907)		(969.094)	
Juros e custos similares	(4.039.107)		(1.990.144)	
Dividendos	-		(4.002.904)	
Empréstimos obtidos	(41.064.311)	(45.472.325)	(6.649.486)	(13.611.628)
<i>Fluxos gerados pelas actividades de financiamento (3)</i>		<u>(6.714.179)</u>		<u>76.381.930</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		55.945.958		(2.206.209)
Efeito de variação de taxa de câmbio		(627.165)		(156.645)
Variação de caixa e seus equivalentes: (1)+(2)+(3)		<u>(48.157.229)</u>		<u>58.308.812</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		<u>7.161.564</u>		<u>55.945.958</u>

(4) Ver nota 1.1 do anexo.

O Anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

O Conselho de Administração

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A. ("F. Ramada" ou "Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 1 de Junho de 2008, com sede na Rua do General Norton de Matos, 68, r/c no Porto e tem como actividade principal a gestão de participações sociais, sendo as suas acções cotadas na Euronext Lisbon.

A F. Ramada foi constituída no âmbito do projecto de reestruturação da Altri, SGPS, S.A. através da cisão da área de negócio de gestão do sector dos aços e sistemas de armazenagem nomeadamente a participação social detida na F. Ramada – Aços e Indústrias, S.A., representativa da totalidade dos direitos de voto dessa empresa participada, na modalidade de cisão-simples prevista na alínea a) do n.º 1 do art. 118º do Código das Sociedades Comerciais.

Com este processo foi destacada para a F. Ramada a parcela do património da Altri, SGPS, S.A. correspondente à unidade de negócio de gestão de participações no sector dos aços e sistemas de armazenagem, incluindo todos os demais recursos (designadamente pessoas, activos e passivos) afectos ao respectivo negócio.

A escritura pública de cisão-simples foi outorgada no dia 16 de Abril de 2008, a respectiva inscrição no registo comercial ocorreu no dia 18 de Abril de 2008 e a data relevante para produção de efeitos contabilísticos e jurídicos da referida cisão ocorreu no passado dia 1 de Junho de 2008.

Actualmente a F. Ramada é a empresa-mãe do grupo de empresas indicado na Nota 4 (designado Grupo F. Ramada) e, por via dessa estrutura de participações financeiras, centra as suas actividades (i) no comércio de aços, essencialmente para a indústria de moldes, (ii) venda de sistemas de armazenagem, sector no qual o Grupo apresenta já uma relevante presença internacional e (iii) imobiliária.

Em 31 de Dezembro de 2008 o Grupo desenvolvia a sua actividade em Portugal, França, Reino Unido e Bélgica.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo F. Ramada são apresentadas em Euros (com arredondamento às unidades), sendo esta a divisa utilizada pelo Grupo nas suas operações e como tal considerada a moeda funcional. As operações das sociedades estrangeiras cuja moeda funcional não seja o Euro são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política estabelecida na Nota 2.2.d).

1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRÓ-FORMA

Dado que em substância, a actividade relativa aos exercícios de 2008 e 2007 das empresas que constituem o Grupo F. Ramada não foi alterada pela operação de cisão acima referida, tendo esta constituído uma transacção entre entidades sob controlo comum, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e a informação comparativa relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foram preparadas no pressuposto de que aquelas empresas já se encontravam numa relação de Grupo, tendo em consideração os pressupostos e critérios abaixo referidos.

Estas demonstrações financeiras consolidadas pró-forma resultam da adopção dos seguintes critérios:

- a) Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia.
- b) As demonstrações financeiras consolidadas pró-forma apresentadas foram elaboradas reportando a operação de cisão a 1 de Janeiro de 2007.
- c) Os activos e passivos cindidos foram registados pelo valor contabilístico que apresentavam nas demonstrações financeiras consolidadas da Altri, SGPS, S.A.
- d) As transacções e fluxos de caixa foram apresentados pelos mesmos montantes que eram apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Altri, SGPS, S.A.
- e) Foram repostos os saldos e transacções intra-grupo das empresas incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com as restantes empresas do Grupo Altri.

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

- f) As filiais e associadas detidas directa ou indirectamente pela F. Ramada – Aços e Indústrias, S.A. em 1 de Junho de 2008, data em que se reporta a cisão, são as mesmas que as incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pró-forma para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

## **2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

### **2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adoptadas na União Europeia, em vigor para exercício económico iniciado em 1 de Janeiro de 2008. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros, que se encontram registados pelo justo valor.

#### **Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras anexas**

Em 2007 foi aprovada (“endorsed”) pela União Europeia, a IFRS 8 – Operating Segments, a qual é efectiva para exercícios económicos iniciados após 1 de Janeiro de 2009. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e interpretações:

	<u>Data de Eficácia</u>
<b><u>Com aplicação obrigatória no exercício de 2008</u></b>	
IAS 39/IFRS 7 – Reclassificação de activos financeiros (Alterações)	01-07-08
IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes	01-07-08
IFRIC 14 - IAS 19 O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção	01-01-08
<b><u>Com aplicação obrigatória após 2008</u></b>	
IFRS 8 – Segmentos operacionais	01-01-09
IFRS 2 - Pagamentos baseados em acções (Alterações)	01-01-09
IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras (Revista)	01-01-09
IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos (Alterações)	01-01-09
IAS 32/IAS 1 - Instrumentos Financeiros com uma Opção Put e Obrigações Decorrentes de uma Liquidação (Alterações)	01-01-09
Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (2007)	01-01-09
IFRS 1/IAS 27 - Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada	01-01-09
IFRIC 12 – Contratos relativos a serviços de concessão	26-03-09

A entrada em vigor da IFRIC 14 e IFRIC 13, em 2008, não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo/da Empresa decorrentes da adopção dessas normas.

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram já emitidas a esta data embora não se encontrem ainda aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

	<u>Data de Eficácia</u>
Alteração ao IFRS 3 – Concentrações empresariais	01-07-09
Alteração ao IFRS 1 – Adopção pela primeira vez dos IFRS	01-07-09
IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (Alterações)	01-07-09
IAS 39 – Itens elegíveis de cobertura (Alterações)	01-07-09
IAS 39 – Reclassificações de activos financeiros (Alterações)	01-07-09
IFRS 7 – Incrementos qualitativos às divulgações relativas aos Instrumentos Financeiros (Alterações)	01-01-09
IFRIC 15 – Contratos relativos a construção imobiliária	01-01-09
IFRIC 16 – Cobertura de investimento líquido em operações com no exterior	01-10-08
IFRIC 17 – Distribuição aos accionistas de activos não monetários	01-07-09
IFRIC 18 – Transferência de activos de clientes	01-07-09

Não se estima que da futura adopção das normas acima, as quais não se encontram ainda aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da F. Ramada são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IFRS, o Conselho de Administração do Grupo adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assumções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

## 2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os princípios de consolidação adoptados pelo Grupo F. Ramada na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

### a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo F. Ramada detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas (quando aplicável), é apresentado separadamente no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidada nas rubricas "Interesses minoritários". As empresas incluídas nas demonstrações financeiras pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Nas concentrações empresariais, os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição conforme estabelecido pelo IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais". Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.c). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como

(Montantes expressos em Euros)

proveito do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico ("Special Purpose Entities" – SPE's), ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (entendendo o Grupo como tal, as empresas onde exerce uma influência significativa mas em que não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica "Investimentos em empresas associadas" (Nota 2.2.c). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do exercício na rubrica "Resultados relativos a empresas associadas" após reconfirmação do justo valor atribuído.

É efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

c) Diferenças de consolidação

Nas concentrações de actividades empresariais, as diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas na rubrica do activo "Diferenças de consolidação" ou mantidas na rubrica "Investimentos em empresas associadas", consoante se refiram a empresas do Grupo ou a empresas associadas. As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica de capitais próprios "Reservas de conversão".



F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

As diferenças de consolidação transferidas por cisão (Nota Introdutória) originadas em aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2004 foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal a essa data, e foram objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados na rubrica “Outras reservas”, em conformidade com as disposições constantes da IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

O Grupo testa anualmente a existência de imparidade das diferenças de consolidação. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo dos valores de uso. Estes cálculos exigem o uso de pressupostos que são efectuados com base em estimativas de circunstâncias futuras cuja ocorrência poderá vir a ser diferente da estimada.

d) Conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluídas na consolidação são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante é registada na rubrica de capitais próprios “Reservas de conversão”.

O valor das diferenças de consolidação e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

A cotação utilizada na conversão para Euros das contas das filiais e empresas associadas estrangeiras incluídas nas demonstrações financeiras anexas foi a seguinte:

	<u>Libra esterlina</u>	
	<u>Câmbio final</u>	<u>Câmbio médio</u>
31.12.2008	1,04987	1,25583
31.12.2007	1,36361	1,46127

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos utilizados pelo Grupo F. Ramada na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas, são os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo no período em que são incorridas.

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada bem (genericamente 3 a 5 anos).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia) e transferidas como consequência da cisão (Nota Introdutória) encontram-se registadas ao seu “*deemed cost*”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Ferramentas e utensílios	4 a 14
Equipamento administrativo	2 a 10
Outras imobilizações corpóreas	3 a 10

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas são registadas como custo do exercício em que incorridas.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou prontos para utilização.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

c) Locação financeira

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 2.3.b), são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

d) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração, são registados na rubrica “Outros proveitos operacionais” da demonstração consolidada dos resultados do exercício em que são obtidos, independentemente da data do seu recebimento.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas são registados no balanço como “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes” relativamente às parcelas de curto prazo e de médio e longo prazo respectivamente, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

e) Imparidade dos activos, excepto Diferenças de consolidação

É efectuada uma avaliação de imparidade dos activos do Grupo à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica “Outros proveitos operacionais”. Esta reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

f) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Nos casos em que são contratados empréstimos com o fim específico de financiar activos fixos, os juros correspondentes são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se após o início da preparação das actividades de construção, e cessa quando o activo se encontra pronto para utilização ou caso o projecto seja suspenso.

g) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao valor de mercado.

As empresas do Grupo procederam ao registo das correspondentes perdas por imparidade para reduzir, quando aplicável, as existências ao seu valor realizável líquido ou preço de mercado.

(Montantes expressos em Euros)

h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo (i) tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, (ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor actual dos mesmos.

i) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o balanço consolidado conforme indicado na Nota 6.

i) Investimentos

Os investimentos detidos pelo Grupo são classificados como segue:

Investimentos detidos até à maturidade, designados como activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, e relativamente aos quais existe a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Estes investimentos são classificados como Activos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço.

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos com o objectivo de obtenção de lucros no curto prazo e são classificados como Activos correntes.

Investimentos disponíveis para venda, designados como todos os restantes investimentos que não sejam considerados como detidos até à maturidade ou mensurados ao justo valor através de resultados, sendo classificados como Activos não correntes.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, sendo que no caso dos investimentos detidos até à maturidade e investimentos disponíveis para venda são incluídas no valor do activo as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de "Reserva de cobertura" incluída na rubrica "Outras Reservas" até o investimento ser vendido ou recebido ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é transferida para a demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação financeira.

ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade para que as mesmas reflectam o seu valor presente realizável líquido.

(Montantes expressos em Euros)

As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa do Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o exercício.

Sempre que existe direito legal ou contratual de compensar ou liquidar simultaneamente activos e passivos e o Conselho de Administração pretenda efectuar tal compensação ou liquidação simultânea, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

iv) Contas a pagar e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

v) Instrumentos derivados

O Grupo poderá utilizar instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de especulação.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- a eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- a transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de câmbio são registados pelo seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas directamente nos capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura" na parte em que essa cobertura se revele eficaz, sendo transferidas para a demonstração dos resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

Caso os instrumentos derivados não se enquadrem nos requisitos acima indicados para classificação como instrumentos de cobertura, apesar de inicialmente contratados para esse fim, as variações no seu justo valor são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas até então, que se encontram registadas em capital próprio na rubrica "Reservas de cobertura", são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

(Montantes expressos em Euros)

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

vi) Passivos financeiros e Instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção. São considerados instrumentos de capital próprio os que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos, sendo registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

vii) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos e perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas em “Outras reservas”, não afectando o resultado do exercício.

viii) Letras descontadas e contas a receber cedidas em “factoring”

O Grupo desreconhece activos financeiros das suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais activos já tiver expirado, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais activos para uma terceira entidade. Se o Grupo retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais activos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica de “Empréstimos” a contrapartida monetária pelos activos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring à data de cada balanço, com excepção das operações de “factoring sem recurso”, são reconhecidas nas demonstrações financeiras do Grupo até ao momento do seu recebimento.

ix) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica do balanço “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica do passivo corrente “Empréstimos bancários”.

j) Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa mas unicamente objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

k) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor, considerando a taxa anual efectiva de imposto estimada.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do período, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

l) Rédito e especialização dos exercícios

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para o Grupo e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da actividade de sistemas de armazenagem, dado tratarem-se de obras de curto prazo (regra geral não excedem 6 meses) são reconhecidas pelo método da obra acabada, segundo o qual os proveitos e custos apenas são reconhecidos no fim da obra. Neste sentido os custos de produção já incorridos nas obras em curso permanecem registados como custos diferidos na rubrica “Outros activos correntes” e “Existências” e a facturação antecipada destas mesmas obras estão registadas como proveitos diferidos na rubrica “Outros passivos correntes”.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

m) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, correspondentes a activos detidos com a finalidade de obtenção de rendas ou apreciação de capital, são mensuradas ao seu valor de custo, incluindo custos de transacção. As propriedades de investimento detidas em 31 de Dezembro de 2008 são constituídas por terrenos detidos com o objectivo da obtenção de rendas, não sendo detidos para fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios do Grupo.

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

n) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda se for intenção da Empresa recuperar o seu valor contabilístico através da venda, e não através do seu uso. Considera-se que esta condição se encontra cumprida unicamente quando a venda do activo seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A Administração deverá estar empenhada na venda do activo, devendo a mesma ocorrer e ser reconhecida num prazo inferior a 12 meses da data do balanço.

Os activos não corrente detidos para venda são mensurados ao valor mais baixo entre o valor contabilístico e o justo valor deduzido de custos de venda.

o) Saldo e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio oficiais vigentes à data de balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

p) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras do Grupo. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("non adjusting events"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

q) Informação por segmentos

Em cada exercício, são identificados os segmentos relatáveis aplicáveis ao Grupo mais adequados tendo em consideração as actividades desenvolvidas.

A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 32.

r) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos imobilizados.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, e pagamento de dividendos.

s) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 incluem:

- justo valor e vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis;
- registo de provisões e perdas de imparidade;
- apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados.



As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

## 2.4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O Grupo F. Ramada encontra-se exposto essencialmente ao (i) risco de mercado, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez. O principal objectivo da gestão de risco do Conselho de Administração é o de reduzir estes riscos até um nível considerado aceitável para o desenvolvimento das actividades do Grupo.

As linhas orientadoras da política de gestão de risco são definidas pelo Conselho de Administração da F. Ramada, o qual determina quais os limites de risco aceitáveis. A materialização operacional da política de gestão de risco é levada a cabo pela Administração e pela Direcção de cada uma das empresas participadas.

Os principais riscos aos quais o Grupo F. Ramada se encontra exposto são como segue:

### a) Risco de mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado o risco de taxa de juro, o risco de taxa de câmbio e o risco de variabilidade nos preços de *commodities*.

#### i) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento do Grupo indexado a taxas variáveis (na sua maioria indexada à Euribor), que pode expor o custo da dívida a um risco de volatilidade.

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade das taxas de juro, o Grupo contratou “swaps” taxa de juro (“interest rate swaps”) os quais permitem converter financiamentos de taxa variável em taxa fixa, permitindo assim uma estabilização da performance do Grupo. Os “swaps” são registados de acordo com o seu justo valor à data de balanço.

#### Análise de sensibilidade a variações de taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição à taxa de juro existente à data de balanço. Para esta análise foi tido como pressuposto base que a estrutura de financiamento (activos e passivos remunerados) se mantém estável ao longo do ano e semelhante à apresentada em 31 de Dezembro de 2008.

Deste modo, caso as taxas de juro fossem incrementadas / reduzidas em 100 pontos base, os juros líquidos suportados seriam aumentados / reduzidos em, aproximadamente, 1.040.000 Euros.

No entanto, esta análise de sensibilidade pode não ser representativa do risco inerente à flutuação da taxa de juro uma vez que a exposição líquida ao endividamento no final do exercício poderá não ser consentânea com a verificada ao longo do mesmo.

#### ii) Risco de taxa de câmbio

O Grupo está exposto ao risco de taxa de câmbio essencialmente nas transacções de aquisição de existências a entidades não residentes denominadas em moeda diferente do Euro. Dado o reduzido período de pagamento a fornecedores, a exposição ao risco de taxa de câmbio por esta vertente é reduzido. No entanto, nas situações em que o Conselho de Administração considera que eventuais transacções com entidades não residentes e fixadas em moeda diferente do Euro possam ser de uma magnitude tal que a variação de taxa de câmbio possa ter um impacto relevante sobre a sua performance, o Grupo procura efectuar uma cobertura da sua exposição à variabilidade da taxa de câmbio através da contratação de instrumentos financeiros derivados.

Adicionalmente, o Grupo possui ainda uma participação financeira cuja moeda funcional é diferente de Euro (Storax Racking Systems, cuja moeda funcional é a Libra Estrelina).

Os activos e passivos denominados em Libras Estrelinas são como segue:

	31.12.2008	31.12.2007
Activos	4.121.097	7.964.327
Passivos	(1.371.016)	(5.044.871)
	<u>2.750.081</u>	<u>2.919.456</u>

O Conselho de Administração do Grupo entende que eventuais alterações da taxa de câmbio não terão um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

iii) Risco de variabilidade nos preços de *commodities*

Desenvolvendo a sua actividade num sector que transacciona *commodities* (aço), o Grupo encontra-se particularmente exposto a variações de preço, com os correspondentes impactos nos seus resultados. Deste modo, sempre que considerado necessário para atenuar a volatilidade dos seus resultados, o Grupo poderá procurar efectuar uma cobertura da sua exposição à variabilidade dos preços através da contratação de instrumentos financeiros derivados

b) Risco de crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade comercial. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, tal resultando numa perda para o Grupo.

O risco de crédito é gerido através de uma análise continuada do rating de crédito de cada um dos clientes, antecipadamente à sua aceitação, e subsidiariamente, através da adequação dos prazos concedidos para pagamento. A avaliação do risco de crédito é efectuada numa base regular, tendo em consideração as condições correntes de conjuntura económica e a situação específica do crédito de cada um dos clientes, sendo adoptados procedimentos correctivos sempre que tal se julgue conveniente.

Adicionalmente, e para fazer face a eventuais perdas não mitigadas pela análise efectuada previamente à aceitação de clientes, o Grupo tem contratados seguros de crédito que lhe possibilitam ser ressarcido de eventuais incobranças em contas a receber de clientes resultantes da actividade comercial.

O Grupo não possui risco de crédito significativo concentrado em nenhum cliente ou grupo de clientes em particular ou com características semelhantes, na medida em que as contas a receber estão repartidas por um elevado número de clientes, diferentes áreas de negócio e áreas geográficas.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tendo em consideração (i) o perfil de risco do cliente, (ii) o prazo médio de recebimento, e (iii) as condições financeiras do cliente. O movimento destes ajustamentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 encontra-se divulgado na Nota 26.

c) Risco de liquidez

O objectivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o Grupo tem capacidade para liquidar ou cumprir as suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas, cumprindo todos os compromissos assumidos com terceiros no prazo estipulado.

O Grupo define como política activa (i) manter um nível suficiente de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face aos pagamentos correntes e no seu vencimento, (ii) limitar a probabilidade de incumprimento no reembolso de todas as suas aplicações e empréstimos negociando a amplitude das cláusulas contratuais e (iii) minimizar o custo de oportunidade de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

O Grupo procura ainda compatibilizar os prazos de vencimento de activos e passivos, através de uma gestão agilizadora das suas maturidades.

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. EMPRESAS FILIAIS INCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, respectivas sedes, proporção do capital detido e actividade desenvolvida em 31 de Dezembro de 2008 são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
<u>Empresa mãe:</u>			
F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A.	Porto		Sociedade gestora de participações sociais
<u>Grupo F. Ramada</u>			
F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.	Ovar	100%	Comercialização de aço
Universal Afir – Aços Especiais e Ferramentas, S.A.	Porto	100%	Comercialização de aço
F. Ramada – Produção e Comercialização de Estruturas Metálicas de Armazenagem, S.A.	Ovar	100%	Produção e comercialização de sistemas de armazenagem
F. Ramada II, Imobiliária, S.A.	Ovar	100%	Imobiliária
F. Ramada, Serviços de Gestão, Lda.	Ovar	100%	Serviços de administração e gestão
BPS – Equipements, S.A.	Paris, França	100%	Comercialização de sistemas de armazenagem
Storax Racking Systems, Ltd.	Bromsgrove, Reino Unido	100%	Comercialização de sistemas de armazenagem
Storax Benelux, SA	Bélgica	100%	Comercialização de sistemas de armazenagem

Estas filiais foram incluídas na consolidação do Grupo F. Ramada pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor dos “Investimentos disponíveis para venda” e correspondentes perdas de imparidade podem ser detalhadas como segue:

	<u>31.12.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
Valor bruto	146.140	132.151
Perdas de imparidade acumulada (Nota 26)	(90.886)	(85.886)
	<u>55.254</u>	<u>46.265</u>

5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 não ocorreram alterações no perímetro de consolidação do Grupo.

**F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.**  
**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**  
(Montantes expressos em Euros)

**6. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os instrumentos financeiros, classificados de acordo com as políticas descritas na Nota 2.3.i), foram classificados como segue:

**Activos financeiros**

<b>31 de Dezembro de 2008</b>	<b>Nota</b>	<b>Empréstimos e contas a receber</b>	<b>Disponíveis para venda</b>	<b>Derivados</b>	<b>Sub-total</b>	<b>Activos não abrangidos pelo IFRS 7</b>	<b>Total</b>
<b>Activos não correntes</b>							
Investimentos disponíveis para venda	4	-	55.254	-	55.254	-	55.254
Instrumentos financeiros derivados	12	-	-	-	-	-	-
			<u>55.254</u>	<u>-</u>	<u>55.254</u>	<u>-</u>	<u>55.254</u>
<b>Activos correntes</b>							
Clientes	14	45.801.197	-	-	45.801.197	-	45.801.197
Estado e outros entes públicos	15	-	-	-	-	1.037.227	1.037.227
Outras dívidas de terceiros	16	563.475	-	-	563.475	-	563.475
Outros activos correntes		-	-	-	-	2.103.716	2.103.716
Caixa e equivalentes de caixa	17	14.684.831	-	-	14.684.831	-	14.684.831
		<u>61.049.503</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>61.049.503</u>	<u>3.140.943</u>	<u>64.190.446</u>
		<u>61.049.503</u>	<u>55.254</u>	<u>-</u>	<u>61.104.757</u>	<u>3.140.943</u>	<u>64.245.700</u>
<b>31 de Dezembro de 2007</b>							
<b>Activos não correntes</b>							
Investimentos disponíveis para venda	4	-	46.265	-	46.265	-	46.265
Instrumentos financeiros derivados	12	-	-	658.808	658.808	-	658.808
			<u>46.265</u>	<u>658.808</u>	<u>705.073</u>	<u>-</u>	<u>705.073</u>
<b>Activos correntes</b>							
Clientes	14	64.598.902	-	-	64.598.902	-	64.598.902
Estado e outros entes públicos	15	-	-	-	-	733.600	733.600
Outras dívidas de terceiros	16	576.899	-	-	576.899	-	576.899
Outros activos correntes		-	-	-	-	441.196	441.196
Caixa e equivalentes de caixa	17	63.676.574	-	-	63.676.574	-	63.676.574
		<u>128.852.375</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>128.852.375</u>	<u>1.174.796</u>	<u>130.027.171</u>
		<u>128.852.375</u>	<u>46.265</u>	<u>658.808</u>	<u>129.557.448</u>	<u>1.174.796</u>	<u>130.732.244</u>

**Passivos financeiros**

<b>31 de Dezembro de 2008</b>		<b>Passivos registados a justo valor por resultados</b>	<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Sub-total</b>	<b>Passivos não abrangidos pelo IFRS 7</b>	<b>Total</b>
<b>Passivos não correntes</b>						
Empréstimos bancários	20	-	66.105.297	66.105.297	-	66.105.297
Outros credores não correntes	21	-	308.288	308.288	-	308.288
			<u>66.413.585</u>	<u>66.413.585</u>	<u>-</u>	<u>66.413.585</u>
<b>Passivos correntes</b>						
Empréstimos bancários	20	-	25.810.434	25.810.434	-	25.810.434
Outros empréstimos	20	-	21.957.928	21.957.928	-	21.957.928
Fornecedores	22	-	19.626.522	19.626.522	-	19.626.522
Estado e outros entes públicos	15	-	-	-	2.914.047	2.914.047
Outras dívidas a terceiros	23	-	3.010.489	3.010.489	-	3.010.489
Outros passivos correntes	25	-	-	-	17.313.057	17.313.057
			<u>70.405.373</u>	<u>70.405.373</u>	<u>20.227.104</u>	<u>90.632.477</u>
			<u>136.818.958</u>	<u>136.818.958</u>	<u>20.227.104</u>	<u>157.046.062</u>
<b>31 de Dezembro de 2007</b>						
<b>Passivos não correntes</b>						
Empréstimos bancários	20	-	40.014.262	40.014.262	-	40.014.262
Outros credores não correntes	21	-	251.433	251.433	-	251.433
			<u>40.265.695</u>	<u>40.265.695</u>	<u>-</u>	<u>40.265.695</u>
<b>Passivos correntes</b>						
Empréstimos bancários	20	-	55.694.927	55.694.927	-	55.694.927
Outros empréstimos	20	-	20.688.136	20.688.136	-	20.688.136
Fornecedores	22	-	51.150.780	51.150.780	-	51.150.780
Estado e outros entes públicos	15	-	-	-	3.364.607	3.364.607
Outras dívidas a terceiros	23	-	2.599.853	2.599.853	-	2.599.853
Outros passivos correntes	25	-	-	-	11.676.224	11.676.224
			<u>130.133.696</u>	<u>130.133.696</u>	<u>15.040.831</u>	<u>145.174.527</u>
			<u>170.399.391</u>	<u>170.399.391</u>	<u>15.040.831</u>	<u>185.440.222</u>

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo F. Ramada correspondem a terrenos arrendados a terceiros em regime de locação operacional, através de contratos com uma duração média de 20 anos com a possibilidade de se estenderem por um período adicional opcional de 10 anos no caso da verificação de determinados eventos, encontrando-se a ser utilizado o método do custo como método de valorização. O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo inicial	43.541.235	-
Aquisições	35.226.639	33.291.235
Alienações	(10.000)	-
Transferências	-	10.250.000
Saldo final	<u>78.757.874</u>	<u>43.541.235</u>

Os terrenos encontram-se arrendados, tendo, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, gerado receitas no montante de, aproximadamente, 4.680.000 Euros (aproximadamente, 1.780.000 Euros em 2007). As rendas anuais contratadas para estes terrenos ascendem a, aproximadamente, 5.200.000 Euros (Nota 27). As “transferências” relevadas no movimento ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 resultam da reclassificação de terrenos anteriormente classificados como existências (Mercadorias – Nota 13).

Dadas as características dos terrenos (terrenos arrendados a terceiros para exploração florestal), não ocorrem de uma forma frequentes transacções de mercado comparáveis deste tipo de activos. Neste sentido, o Conselho de Administração entendeu que não é possível estimar com fiabilidade o justo valor destes terrenos, facto pelo qual optou pelo seu registo ao custo de aquisição. No entanto, é convicção do Conselho de Administração que face ao valor das rendas cobradas anualmente, o valor de mercado destes activos não será significativamente diferente do seu valor contabilístico.

Parte destes terrenos (no montante de, aproximadamente, 70 milhões de Euros) estão dados como garantia real de alguns empréstimos obtidos.

8. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2008								
Activo bruto								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso
Saldo inicial	1.137.881	12.798.772	24.301.693	3.587.215	805.115	3.355.573	119.998	343.858
Efeito de variação da taxa de câmbio (Nota 2.2.d)	-	(17.951)	(27.919)	-	(4.241)	(30.292)	-	-
Aumentos	-	463.541	776.820	346.838	41.747	167.963	-	137.596
Alienações	-	-	(371.908)	(114.046)	(110)	(5.825)	-	-
Transferências e abates	-	26.066	249.666	(976)	6.124	(115.147)	138.133	(351.390)
Saldo final	<u>1.137.881</u>	<u>13.270.428</u>	<u>24.928.352</u>	<u>3.819.031</u>	<u>848.635</u>	<u>3.372.292</u>	<u>258.131</u>	<u>130.064</u>
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas								
		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
Saldo inicial		9.214.757	22.325.786	3.260.721	730.166	3.147.056	84.526	38.763.012
Efeito de variação da taxa de câmbio (Nota 2.2.d)		(847)	(16.917)	-	(1.296)	(23.741)	-	(42.801)
Aumentos		462.953	1.042.470	274.173	41.105	193.682	-	2.014.383
Alienações		-	(335.826)	(110.124)	(110)	(5.825)	-	(451.885)
Transferências e abates		6.712	(6.630)	(976)	798	(110.760)	105.930	(4.926)
Saldo final		<u>9.683.575</u>	<u>23.008.883</u>	<u>3.423.794</u>	<u>770.663</u>	<u>3.200.412</u>	<u>190.456</u>	<u>40.277.783</u>
	<u>1.137.881</u>	<u>3.586.853</u>	<u>1.919.469</u>	<u>395.237</u>	<u>77.972</u>	<u>171.880</u>	<u>67.675</u>	<u>7.487.031</u>

**F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.**  
**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

(Montantes expressos em Euros)

2007								
Activo bruto								
Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
Saldo inicial	1.425.137	12.380.970	23.367.351	3.385.080	720.979	3.177.181	446.597	45.559.867
Efeito de variação da taxa de câmbio (Nota 2.2.d)	-	-	-	-	-	(38.721)	-	(38.721)
Aumentos	-	230.098	1.077.467	211.545	53.683	90.679	101.386	1.764.858
Alienações	(287.256)	(184.267)	(213.609)	(9.410)	(17.146)	(96.639)	-	(808.327)
Transferências e abates	-	371.971	70.484	-	47.599	184.352	(287.878)	(27.572)
Saldo final	1.137.881	12.798.772	24.301.693	3.587.215	805.115	3.355.573	119.998	46.450.105

Amortizações e perdas de imparidade acumuladas								
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas		Total
Saldo inicial	8.868.741	21.459.199	3.074.092	675.333	2.948.819	284.570		37.310.754
Efeito de variação da taxa de câmbio (Nota 2.2.d)	-	-	-	-	-	(24.048)		(24.048)
Aumentos	410.068	1.053.725	196.039	44.261	176.050	-		1.880.143
Alienações	(67.788)	(212.899)	(9.410)	(17.146)	(96.594)	-		(403.837)
Transferências e abates	3.736	25.761	-	27.718	118.781	(175.996)		-
Saldo final	9.214.757	22.325.786	3.260.721	730.166	3.147.056	84.526		38.763.012
	1.137.881	3.584.015	1.975.907	326.494	74.949	208.517	35.472	7.687.093

O valor líquido das imobilizações corpóreas adquiridas em regime de locação financeira em 31 de Dezembro de 2008 pode ser detalhado como segue:

Equipamento básico 262.960

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 não existiam activos corpóreos dados como garantia de empréstimos contraídos, nem se encontravam capitalizados aos activos imobilizados quaisquer juros.

**9. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS**

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2008	2007
	Activo bruto	Activo bruto
	Software	Software
Saldo inicial	491.199	230.374
Efeito de variação da taxa de câmbio (Nota 2.2.d)	(12.556)	-
Aumentos	4.206	274.376
Transferências e abates	-	(13.551)
Saldo final	482.849	491.199

	Amortizações e perdas de imparidade acumuladas	Amortizações e perdas de imparidade acumuladas
	Software	Software
Saldo inicial	237.888	180.505
Efeito de variação da taxa de câmbio (Nota 2.2.d)	(10.573)	-
Aumentos	55.755	68.314
Transferências e abates	-	(10.931)
Saldo final	283.070	237.888
	199.779	253.311

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes expressos em Euros)

10. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros activos não correntes em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

	2008			2007		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 26)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 26)	Valor líquido
Contas a receber da actividade comercial e outros devedores	1.104.512	1.104.512	-	1.104.512	1.104.512	-
	<u>1.104.512</u>	<u>1.104.512</u>	<u>-</u>	<u>1.104.512</u>	<u>1.104.512</u>	<u>-</u>

O montante a receber resultou de transacções efectuadas com entidades que entretanto revelaram incapacidade para saldar as suas dívidas. O valor encontra-se totalmente coberto por perdas de imparidade.

11. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de seis anos até ao ano de 2000 e quatro anos após essa data (dez anos para a Segurança Social até ao ano de 2000 inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da generalidade das empresas do Grupo F. Ramada dos anos de 2005 a 2008 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração do Grupo entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi como segue:

	2008	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 01.01.2008	2.410.212	324.608
Efeitos na demonstração dos resultados	456.476	(195.453)
Saldo em 31.12.2008	<u>2.866.688</u>	<u>129.155</u>

	2007	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 01.01.2007	2.201.707	172.927
Efeitos na demonstração dos resultados	208.505	151.681
Saldo em 31.12.2007	<u>2.410.212</u>	<u>324.608</u>

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é como segue:

	2008	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal de activos corpóreos e incorpóreos	167.979	-
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	2.647.493	-
Reinvestimento de mais valias	-	51.809
Amortizações não aceites como custo fiscal	-	77.346
Outros	51.216	-
	<u>2.866.688</u>	<u>129.155</u>

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

	2007	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal de activos corpóreos e incorpóreos	123.307	-
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	2.265.849	-
Reinvestimento de mais valias	-	56.519
Amortizações não aceites como custo fiscal	-	93.164
Valorização de instrumentos derivados ao seu justo valor	-	174.584
Outros	21.056	341
	<u>2.410.212</u>	<u>324.608</u>

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração dos resultados durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são detalhados como segue:

	2008	2007
Imposto corrente:		
Estimativa de imposto do exercício das sociedades incluídas no RETGS (Nota 23)	-	2.570.157
Estimativa de imposto do exercício das sociedades tributadas individualmente	1.747.556	195.831
Correcção das estimativas de imposto de exercícios anteriores	(20.058)	(121.531)
Imposto diferido	(651.929)	(56.824)
	<u>1.075.569</u>	<u>2.587.633</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 algumas das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo F. Ramada pelo método integral (a totalidade das empresas sedeadas em Portugal) eram tributadas segundo o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades – “RETGS” – de acordo com o artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, sendo a sociedade dominante do RETGS a Altri, SGPS, S.A.. Decorrente do processo de cisão mencionado na Nota Introdutória, este regime de tributação cessou e, consequentemente, em 31 de Dezembro de 2008 as sociedades eram tributadas individualmente. Deste modo, o passivo a pagar decorrente do valor do imposto sobre o rendimento do exercício destas sociedades, deduzido dos pagamentos por conta efectuados e retenções na fonte, era, em 31 de Dezembro de 2007, registado na rubrica do passivo corrente “Outras dívidas a terceiros – Empresas do Grupo (Nota 23) e, em 31 de Dezembro de 2008, encontra-se registado na rubrica do passivo corrente “Estado e outros entes públicos” (Nota 15).

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício, é como segue:

	2008	2007
Resultado antes de impostos	3.798.585	9.927.229
Taxa de imposto	<u>25,0%</u>	<u>25,0%</u>
	<u>949.646</u>	<u>2.481.807</u>
Derrama	78.108	225.087
Tributação autónoma	98.185	57.613
Correcção das estimativas de imposto de exercícios anteriores	( 20.058 )	( 121.531 )
Outros custos não aceites fiscalmente	168.524	-
Outros efeitos	453.093	1.481
Imposto diferido	(651.929)	(56.824)
Imposto sobre o rendimento	<u>1.075.569</u>	<u>2.587.633</u>

Conforme corroborado pelos nossos advogados, não existem activos ou passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis ou possíveis que devessem ser alvo de divulgação no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008.



F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
 (Montantes expressos em Euros)

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade das taxas de juro, o Grupo contrata “swaps” de taxa de juro. Estes contratos são avaliados de acordo com o seu justo valor à data de encerramento das demonstrações financeiras, sendo o correspondente montante reconhecido na rubrica do activo “Instrumentos financeiros derivados”.

Em 31 de Dezembro de 2007 encontravam-se estabelecidos contratos de “swaps” de taxa de juro no montante nominal de 13.000.000 Euros. O justo valor foi apurado pelas respectivas contrapartes e calculado com base no método dos *Cash Flows* descontados; isto é, utilizando as *Par Rates Swaps*, cotadas no mercado interbancário e disponíveis nas páginas Reuters e/ou Bloomberg, para os prazos relevantes, sendo calculadas as respectivas taxas *forward* e factores de desconto, que servem para descontar os *cash flows* fixos (*fixed legs*) e os *cash flows* variáveis (*floating leg*). O somatório das duas parcelas resulta no Valor actualizado Líquido ou justo valor dos derivados que, naquela data, ascendia a 658.808 Euros.

Apesar de terem sido contratados com um objectivo de cobertura de risco (e não de especulação), estes contratos não cumpriam com todos os requisitos necessários para que se qualifiquem como de cobertura, (Nota 2.3.v)), pelo que a variação do seu justo valor foi registada por contrapartida da demonstração dos resultados na rubrica “Ganhos / (Perdas) em instrumentos derivados”.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo alienou a totalidade dos contratos de derivados de taxa de juro, sendo os efeitos dessa transacção reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Ganhos / (Perdas) em instrumentos derivados”.

13. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante registado na rubrica “Existências” pode ser detalhado como segue:

	2008	2007
Mercadorias	17.670.452	17.865.345
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.572.049	7.520.790
Subprodutos	18	9
Produtos acabados e intermédios	2.487.537	2.588.815
Produtos e trabalhos em curso	12.634.496	6.688.573
	41.364.552	34.663.532
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 26)	(363.832)	(343.797)
	41.000.720	34.319.735

O custo das vendas do exercício findo em 31 de Dezembro 2008 ascendeu a 69.940.581 Euros e foi apurado como segue:

	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Subprodutos	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Saldo inicial	17.865.345	7.520.790	9	2.588.815	6.688.573	34.663.532
Efeito de alteração da taxa de câmbio (Nota 2.2.d)	-	(69.611)	-	(157.867)	(183.325)	(410.803)
Compras	20.492.023	56.558.675	-	-	-	77.050.698
Regularização de existências	295.275	135.369	9	(426.110)	(2.837)	1.706
Existências finais	(17.670.452)	(8.572.049)	(18)	(2.487.537)	(12.634.496)	(41.364.552)
	20.982.191	55.573.174	-	(482.699)	(6.132.085)	69.940.581

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

O custo das vendas do exercício findo em 31 de Dezembro 2007 ascendeu a 60.948.725 Euros e foi apurado como segue:

	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Subprodutos	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Saldo inicial	23.477.818	7.359.723	4	1.787.633	5.407.154	38.032.332
Efeito de alteração da taxa de câmbio (Nota 2.2.d)	-	(131.920)	-	-	(112.942)	(244.862)
Compras	27.630.390	40.503.062	-	-	-	68.133.452
Transferências	(10.250.000)	-	-	-	-	(10.250.000)
Regularização de existências	(82.896)	71.172	5	57.276	(104.222)	(58.665)
Existências finais	(17.865.345)	(7.520.790)	(9)	(2.588.815)	(6.688.573)	(34.663.532)
	<u>22.909.967</u>	<u>40.281.247</u>	<u>-</u>	<u>(743.906)</u>	<u>(1.498.583)</u>	<u>60.948.725</u>

O valor registado como transferências da rubrica “Mercadorias” corresponde a terrenos arrendados os quais, como tal, foram classificados durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 na rubrica “Propriedades de investimento” (Nota 7).

#### 14. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2008	2007
Clientes, conta corrente	47.999.145	68.028.214
Clientes, títulos a receber	2.977.189	3.811.654
Clientes de cobrança duvidosa	13.589.072	8.069.311
	<u>64.565.406</u>	<u>79.909.179</u>
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 26)	(18.764.209)	(15.310.277)
	<u>45.801.197</u>	<u>64.598.902</u>

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível essencialmente às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor, uma vez que as mesmas não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a antiguidade dos saldos a receber de clientes pode ser analisada como segue:

	Contas a receber da actividade comercial					
	31.12.2008			31.12.2007		
	Indústria	Imobiliária e outros	Total	Indústria	Imobiliária e outros	Total
Não vencido	22.697.868	9.644.597	32.342.465	30.808.668	12.390.651	43.199.319
Vencido, sem imparidade						
0 - 180 dias	10.654.392	-	10.654.392	7.001.220	11.502.784	18.504.004
180 - 360 dias	940.271	-	940.271	188.468	-	188.468
+ 360 dias	224.198	-	224.198	36.849	-	36.849
	<u>11.818.861</u>	<u>-</u>	<u>11.818.861</u>	<u>7.226.537</u>	<u>11.502.784</u>	<u>18.729.321</u>
Vencido, com imparidade						
0 - 180 dias	1.402.460	-	1.402.460	2.630.206	-	2.630.206
180 - 360 dias	191.634	-	191.634	40.056	-	40.056
+ 360 dias	45.777	-	45.777	-	-	-
	<u>1.639.871</u>	<u>-</u>	<u>1.639.871</u>	<u>2.670.262</u>	<u>-</u>	<u>2.670.262</u>
Total	<u>36.156.600</u>	<u>9.644.597</u>	<u>45.801.197</u>	<u>40.705.467</u>	<u>23.893.435</u>	<u>64.598.902</u>

Para os valores vencidos que não apresentam imparidade, o Grupo considera não ter havido deterioração da qualidade creditícia da contraparte, pelo que não se encontram em risco de incobrabilidade.

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

O ajustamento às contas a receber foi determinado na sequência de uma análise da quantia recuperável desses activos e diz respeito às dívidas a receber que o Conselho de Administração considerou terem um risco de realização parcial ou integral, tendo em consideração os seguros de crédito contratados.

Os montantes vencidos com imparidade encontram-se ajustados face ao seu valor nominal em aproximadamente 76%, o que no entendimento do Conselho de Administração, tendo em consideração que a maior parte dos saldos estão vencidos à menos de 180 dias, é suficiente para fazer face a eventuais problemas de realização destes activos.

O Grupo não cobra quaisquer encargos de juros enquanto os prazos de pagamento definidos (em média 90 dias) estejam a ser respeitados. Findos esses prazos, são cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, e de acordo com a lei em vigor aplicável a cada situação, o que tenderá a ocorrer só em situações extremas. Por questões de prudência, os juros debitados são diferidos, apenas sendo reconhecidos na demonstração dos resultados na data em que os mesmos são cobrados.

15. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas rubricas do activo e do passivo tinham a seguinte composição:

	2008	2007
<u>Saldos devedores:</u>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	636.576	723.610
Outros	400.651	9.990
	<u>1.037.227</u>	<u>733.600</u>
<u>Saldos credores:</u>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	410.607	123.934
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	378.781	434.967
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.581.400	2.354.413
Contribuições para a Segurança Social	490.049	405.810
Outros impostos	53.210	45.483
	<u>2.914.047</u>	<u>3.364.607</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 a generalidade das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo F. Ramada encontrava-se incluída no grupo de tributação de sociedades em que a Altri, SGPS, S.A. era a sociedade dominante. Como resultado do processo de cisão referido na Nota Introdutória, estas empresas deixaram de pertencer ao referido grupo de tributação das sociedades, pelo que o valor do imposto sobre o rendimento a pagar deixou de ser registado na rubrica "Empresas do Grupo" (Nota 23), passando a ser reconhecido na rubrica "Estado e outros entes públicos".

16. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2008	2007
Adiantamentos a fornecedores	35.518	86.829
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	30.315	-
Outros devedores	<u>553.594</u>	<u>557.113</u>
	619.427	643.942
Perdas de imparidade acumuladas em outras dívidas de terceiros (Nota 26)	(55.952)	(67.043)
	<u>563.475</u>	<u>576.899</u>

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a antiguidade dos saldos a receber de terceiros pode ser analisada como segue:

31.12.2008	Valor contabilístico	Não vencido	Vencido mas sem imparidade			
			0-90 dias	90-180 dias	+180 dias	Total
Outras dívidas de terceiros						
Adiantamentos a fornecedores	35.518	23.425	12.093	-	-	12.093
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	30.315	30.315	-	-	-	-
Outros devedores	497.642	232.872	102.841	16.639	145.290	264.770
	<u>563.475</u>	<u>286.612</u>	<u>114.934</u>	<u>16.639</u>	<u>145.290</u>	<u>276.863</u>

31.12.2007	Valor contabilístico	Não vencido	Vencido mas sem imparidade			
			0-90 dias	90-180 dias	+180 dias	Total
Outras dívidas de terceiros						
Adiantamentos a fornecedores	86.829	24	86.805	-	-	86.805
Outros devedores	490.070	317.831	60.222	4.989	107.028	172.239
	<u>576.899</u>	<u>317.855</u>	<u>147.027</u>	<u>4.989</u>	<u>107.028</u>	<u>259.044</u>

17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” incluída no balanço consolidado era como segue:

	2008	2007
Caixa	22.084	14.860
Depositos bancários imediatamente mobilizáveis	4.182.747	8.826.444
Depositos bancários mobilizáveis em menos de 3 meses	10.480.000	54.835.270
	<u>14.684.831</u>	<u>63.676.574</u>
Descobertos bancários (Nota 20)	(7.523.267)	(7.730.616)
	<u>7.161.564</u>	<u>55.945.958</u>

18. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica era composta por um conjunto de activos florestais que não estão relacionados com a actividade normal da Empresa, sendo intenção do Conselho de Administração proceder à sua alienação num prazo inferior a 12 meses, encontrando-se registados ao seu custo de aquisição o qual é inferior ao seu valor de realização.

19. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital da F. Ramada, totalmente subscrito e realizado, era representado por 25.641.459 acções ao portador de valor nominal unitário de 1 Euro. Nessa data, a F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A. e as suas filiais não detinham acções próprias.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2008 não existiam pessoas colectivas a deter uma participação no capital subscrito de pelo menos 20%.

Reservas

*Reserva legal*

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da “reserva legal” até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

*Reservas de conversão*

As reservas de conversão reflectem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

**20. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E OUTROS EMPRÉSTIMOS**

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe das rubricas “Empréstimos bancários” e “Outros empréstimos” é como segue:

Valor contabilístico	2008		2007	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	6.232.167	66.105.297	36.374.311	40.014.262
Contas caucionadas	12.055.000	-	11.590.000	-
Descobertos bancários	7.523.267	-	7.730.616	-
Empréstimos bancários	<u>25.810.434</u>	<u>66.105.297</u>	<u>55.694.927</u>	<u>40.014.262</u>
Papel comercial	19.000.000	-	19.250.000	-
Factoring	2.957.928	-	1.438.136	-
Outros empréstimos	<u>21.957.928</u>	<u>-</u>	<u>20.688.136</u>	<u>-</u>
	<u>47.768.362</u>	<u>66.105.297</u>	<u>76.383.063</u>	<u>40.014.262</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 não existiam diferenças entre o valor contabilístico e nominal dos empréstimos obtidos.

O valor nominal dos empréstimos registados no passivo não corrente em 31 de Dezembro de 2008 será reembolsado como segue:

Ano de reembolso	Montante
2010	4.499.396
2011	3.999.396
2012	3.499.396
2013	3.499.396
2014	3.499.396
2015	3.499.396
2016	3.499.396
2017	3.499.396
2018	3.499.396
2019	18.565.291
2020	14.545.440
	<u>66.105.297</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, as linhas de financiamento utilizadas pelo Grupo e os correspondentes montantes máximos autorizados, eram como segue:

Natureza	Maturidade	Saldo autorizado	Saldo utilizado	Saldo disponível
Empréstimo	20-04-2011	n.a.	2.500.000	n.a.
Empréstimo	16-01-2019	n.a.	35.781.494	n.a.
Empréstimo	16-01-2020	n.a.	32.323.200	n.a.
Empréstimo	17-06-2009	n.a.	1.732.770	n.a.
Conta caucionada	Renovação anual	5.200.000	4.355.000	845.000
Conta caucionada	Renovação anual	3.000.000	3.000.000	-
Conta caucionada	Renovação anual	5.000.000	200.000	4.800.000
Conta caucionada	Renovação anual	5.000.000	4.500.000	500.000
Programa de papel comercial	09-01-2009 (renovável até 23-07-2013)	3.000.000	3.000.000	-
Programa de papel comercial	05-01-2009 (renovável até 23-07-2013)	3.000.000	3.000.000	-
Programa de papel comercial	15-01-2009 (renovável até 02-05-2011)	5.000.000	5.000.000	-
Programa de papel comercial	19-01-2009 (renovável até 19-12-2013)	5.000.000	5.000.000	-
Programa de papel comercial	30-01-2009 (renovável até 01-07-2010)	4.000.000	4.000.000	-
Descobertos bancários	Renovação anual	11.250.000	7.523.267	3.726.733
Factoring	n.a.	n.a.	2.957.928	n.a.
			<u>113.873.659</u>	

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes expressos em Euros)

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 estes empréstimos venceram juros a taxas normais de mercado em função da natureza e prazo do crédito obtido.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o Grupo não entrou em incumprimento em qualquer empréstimo obtido.

**21. OUTROS CREDITORES NÃO CORRENTES**

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2008	2007
Fornecedores de imobilizado (Nota 24)	174.688	211.433
Outros credores	133.600	40.000
	<u>308.288</u>	<u>251.433</u>

**22. FORNECEDORES**

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica podia ser apresentada, tendo em consideração a sua maturidade, como segue:

	Valor contabilístico	Pagáveis em		
		menos de 3 meses	entre 3 e 6 meses	mais de 6 meses
<b>31.12.2008</b>				
Fornecedores e outros passivos comerciais - conta corrente				
Indústria	15.206.465	13.091.799	2.114.666	-
Imobiliária e outros	4.420.057	4.420.057	-	-
	<u>19.626.522</u>	<u>17.511.856</u>	<u>2.114.666</u>	<u>-</u>
	Valor contabilístico	Pagáveis em		
		menos de 3 meses	entre 3 e 6 meses	mais de 6 meses
<b>31.12.2007</b>				
Fornecedores e outros passivos comerciais - conta corrente				
Indústria	14.603.636	13.146.015	1.339.497	118.124
Imobiliária e outros	36.547.144	36.547.144	-	-
	<u>51.150.780</u>	<u>49.693.159</u>	<u>1.339.497</u>	<u>118.124</u>

**23. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS**

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica do passivo corrente "Outras dívidas a terceiros" podia ser detalhada como segue:

	2008	2007
Fornecedores de imobilizado (Nota 24)	492.328	1.037.940
Adiantamentos de clientes	1.623.701	1.133.071
Empresas do Grupo (Nota 11)	160.181	191.877
Outros credores	734.279	236.965
	<u>3.010.489</u>	<u>2.599.853</u>

A rubrica "Adiantamentos de clientes" corresponde essencialmente a valores recebidos por conta de fornecimentos de sistemas de armazenagem.

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2007, o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas da generalidade das empresas do Grupo encontra-se registado na rubrica “Empresas do Grupo”, dado estas serem tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades - RETGS (Nota 11) e a sociedade dominante ser a Altri, SGPS, S.A. Em 31 de Dezembro de 2008, devido ao processo de cisão descrito na Nota 1, estas empresas deixaram de pertencer ao referido grupo de tributação das sociedades, pelo que o valor do imposto sobre o rendimento a pagar passou a ser reconhecido na rubrica “Estado e outros entes públicos” (Nota 15).

**24. LOCAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de Dezembro de 2008, as responsabilidades reflectidas no balanço da Empresa relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Ano	2008
2010	99.824
2011	58.818
2012 e seguintes	16.046
Total não corrente (Nota 21)	174.688
2009 (corrente)	121.275
	<u>295.963</u>

**25. OUTROS PASSIVOS CORRENTES**

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Outros passivos correntes” podia ser detalhada como segue:

	2008	2007
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	1.259.405	1.222.458
Juros a liquidar	3.192.648	519.462
Outros acréscimos de custos	1.112.464	808.462
Proveitos diferidos	11.748.540	9.125.842
	<u>17.313.057</u>	<u>11.676.224</u>

A rubrica “Proveitos diferidos” corresponde, essencialmente, a facturação antecipada relativamente ao fornecimento de sistemas de armazenagem. O incremento verificado no exercício de 2008 face a 2007 resulta do aumento de actividade da empresa participada Storax Benelux.

**26. MOVIMENTO DAS PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE**

O movimento verificado nas provisões e perdas de imparidade nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser detalhado como segue:

	2008				
	Provisões	Perdas de imparidade em contas a receber (a)	Perdas de imparidade em investimentos	Perdas de imparidade em existências	Total
Saldo inicial	64.537	16.481.832	85.886	343.797	16.976.052
Efeito de variação de taxa de câmbio	(2.550)	(8.824)	-	(8.137)	(19.511)
Aumentos	141.098	3.416.042	5.000	28.528	3.590.668
Utilizações e reposições	(1.876)	(5.182)	-	(356)	(7.414)
Transferências	(40.805)	40.805	-	-	-
Saldo final	<u>160.404</u>	<u>19.924.673</u>	<u>90.886</u>	<u>363.832</u>	<u>20.539.795</u>

(a) – inclui 1.104.512 Euros relativos a perdas de imparidade em contas a receber registadas no activo não corrente (Nota 10).

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

	2007			
	Provisões	Perdas de imparidade em contas a receber (a)	Perdas de imparidade em investimentos	Perdas de imparidade em existências
Saldo inicial	129.598	15.644.804	85.886	380.053
Efeito de variação de taxa de câmbio	(7.091)	(3.331)	-	-
Aumentos	60.843	1.459.980	-	356
Utilizações e reposições	(130.198)	(844.848)	-	-
Transferências	11.385	25.227	-	(36.612)
Saldo final	64.537	16.481.832	85.886	343.797

(a) – inclui 1.104.512 Euros relativos a perdas de imparidade em contas a receber registadas no activo não corrente (Nota 10).

Os aumentos de provisões e perdas de imparidade verificados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foram registados por contrapartida da rubrica da demonstração dos resultados “Provisões e perdas de imparidade”.

A rubrica “Utilizações e reposições” relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 inclui 17.414 Euros (773.887 Euros em 31 de Dezembro de 2007) relativos a reversões, as quais foram registadas na rubrica “Outros proveitos operacionais” (Nota 30).

O valor registado na rubrica “Provisões” em 31 de Dezembro de 2008 corresponde à melhor estimativa da Administração para fazer face a perdas a incorrer com processos judiciais actualmente em curso.

## 27. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo detinha, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos vencem como segue:

Responsabilidades por rendas de locação operacional	Pagamentos mínimos relativos a locação operacional
2009	389.104
2010	268.749
2011	88.208
2012	10.410
	756.471

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2008 o Grupo tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação anual ascendem a, aproximadamente, 5.200.000 Euros (Nota 7). Os contratos foram celebrados por um período médio de 20 anos, renovável por um período adicional de 10 anos.

## 28. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser detalhados como segue:

	2008	2007
Custos financeiros:		
Juros suportados	(6.318.104)	(2.467.473)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(5.447)	(59.100)
Outros custos e perdas financeiras	(159.980)	(130.202)
	<u>(6.483.531)</u>	<u>(2.656.775)</u>
Proveitos financeiros:		
Juros	1.381.69	534.73
Diferenças de câmbio favoráveis	19.27	54.14
Outros proveitos e ganhos financeiros	56.46	115.18
	<u>1.457.43</u>	<u>704.06</u>



F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Os juros suportados registados nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 resultam na sua totalidade de empréstimos obtidos.

Do mesmo modo, os juros obtidos registados nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 resultam essencialmente de aplicações financeiras efectuadas durante o exercício.

**29. TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS**

Transacções comerciais

As participadas do Grupo têm relações entre si que se qualificam como transacções com partes relacionadas. Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação as transacções entre empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 e as transacções mais relevantes ocorridas nos exercícios então findos podem ser apresentadas como segue:

Entidades relacionadas	2008					
	Aquisição de terrenos	Compras e FSE's	Vendas	Prestações de serviços	Contas a receber	Contas a pagar
Cofihold, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-
Grupo Altri	31.721.210	12.980.043	16.804.802	4.680.159	9.644.597	4.495.686
Grupo Cofina	-	-	-	-	-	-

Entidades relacionadas	2007					
	Aquisição de terrenos	FSE's	Vendas	Prestações de serviços	Contas a receber	Contas a pagar
Cofihold, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-
Grupo Altri	47.668.672	977.139	18.070.889	1.785.589	23.893.834	36.583.702
Grupo Cofina	-	-	-	-	-	-

Remunerações da administração

As compensações atribuídas aos membros da administração da F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A. durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 pelas empresas incluídas na consolidação pelo método integral, são como segue:

	2008	2007
Remunerações fixas	315.200	477.393
Remunerações variáveis	340.000	265.204
	<u>655.200</u>	<u>742.597</u>

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Entidades relacionadas

Para além das empresas incluídas na consolidação (Nota 4) as entidades consideradas relacionadas em 31 de Dezembro de 2008 podem ser apresentadas como segue:

Cofihold, SGPS, S.A.

Grupo Altri

Altri, SGPS, S.A.  
Celulose do Caima, SGPS, S.A.  
Caima Indústria de Celulose, S.A.  
Silvicaima – Sociedade Silvícola do Caima, S.A.  
Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.  
Invescaima – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.  
Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A.  
Socasca – Recolha e Comércio de Recicláveis, S.A.  
Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A.  
CPK – Companhia Produtora de Papel Kraftsack, S.A.  
Ródão Power, S.A. - Energia e Biomassa do Ródão, S.A.  
Altri - Energias Renováveis, SGPS, S.A.  
Sosapel – Sociedade Comercial de Sacos de Papel, Lda.  
Celbi – Celulose da Beira Industrial, S.A.  
Celbinave – Tráfego e Estiva SGPS, Unipessoal, Lda.  
Viveiros do Furadouro Unipessoal, Lda.  
Altri, Participaciones Y Trading, S.L.  
Altri Sales, S.A.  
CPK II – Comércio e Indústria, S.A.  
Pedro Frutícola, Sociedade Frutícola, Lda.  
Captaraiz Unipessoal, Lda.  
EDP – Produção Bioelétrica, S.A.

Grupo Cofina

Cofina, SGPS, S.A.  
Cofina B.V.  
Efe Erre – Participações, SGPS, S.A.  
Cofina Media, SGPS, S.A.  
Presselivre – Imprensa Livre, S.A.  
Edisport – Sociedade de Publicações, S.A.  
Edirevistas – Sociedade Editorial, S.A.  
Mediafin, SGPS, S.A.  
Metronews – Publicações, S.A.  
Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A.  
VASP – Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda.  
Destak Brasil – Editora de Publicações, S.A.  
Destak Brasil – Empreendimentos e Participações, S.A.  
O Sol é Essencial, S.A.

Administração

O Conselho de Administração da F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2008 era composto como segue:

João M. Matos Borges de Oliveira  
Paulo Jorge dos Santos Fernandes  
Pedro Macedo Pinto de Mendonça  
Domingos José Vieira de Matos

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

30. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Outros proveitos operacionais” podia ser detalhada como segue:

	2008	2007
Reversões de provisões e ajustamentos (Nota 26)	7.414	773.887
Ganhos na alienação de activos detidos para venda (Nota 18)	96.153	468.939
Outros proveitos operacionais	1.015.245	807.913
	<u>1.118.812</u>	<u>2.050.739</u>

O montante de outros proveitos operacionais inclui, entre outros, ganhos na alienação de imobilizado.

31. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do exercício, foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2008	2007
Resultado para efeito do cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído	2.723.016	7.339.596
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído	25.641.459	25.641.459
Resultado por acção		
Básico	0,11	0,29
Diluído	0,11	0,29

Não se verifica no Grupo qualquer situação que possa representar uma redução dos resultados por acção com origem em opções, warrants, obrigações convertíveis ou outros direitos associados a acções ordinárias.

32. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

De acordo com a origem e natureza dos rendimentos gerados pelo Grupo, foram definidos como segmentos principais os seguintes:

- Indústria – agrega as actividades de comercialização de aços e de sistemas de armazenagem, bem como outros serviços de apoio (sendo esta última actividade residual)
- Imobiliária – inclui os activos e a actividade relacionados com a actividade imobiliária do Grupo.

Os dados de actividade segmental em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são como segue:

	2008		2007	
	Indústria	Imobiliária	Indústria	Imobiliária
Proveitos operacionais líquidos:				
Resultantes de operações com clientes externos	121.432.482	4.780.012	107.965.565	2.489.660
Resultantes de operações com outros segmentos	8.353	1.157.220	-	1.126.341
Cash-flow operacional (a)	8.088.242	3.251.382	12.695.207	474.381
Amortizações do exercício	1.628.854	441.284	1.545.466	402.991
Resultados operacionais	6.459.388	2.810.098	11.149.741	71.390
Total do activo	101.252.454	95.522.556	114.194.666	109.024.019
Total do passivo	67.806.213	89.529.408	72.154.048	113.675.319
Investimento realizado no exercício (b)	1.938.731	-	1.870.710	168.524

(a) - Resultados operacionais + amortizações

(b) - aumentos de imobilizações corpóreas, incorpóreas e investimentos financeiros

F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Montantes expressos em Euros)

Relativamente ao segmento geográfico, a repartição das vendas e prestações de serviços do Grupo por mercado é como segue:

Mercado interno	71.858.423
Mercado externo	53.235.259
	-----
	125.093.682
	=====

33. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as empresas do Grupo F. Ramada tinham assumido responsabilidades por garantias bancárias prestadas como segue:

	2008	2007
AICEP/IAPMEI	-	1.381.750
Fornecimento de sistemas de armazenagem	1.462.209	675.034
Outros	159.234	138.638
	<u>1.621.443</u>	<u>2.195.422</u>

34. NÚMERO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral foi de 480 e 483, respectivamente.

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 28 de Abril de 2009. A sua aprovação final está ainda sujeita a concordância da Assembleia Geral de Accionistas.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

### RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS

#### **Introdução**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 da F. Ramada Investimentos S.G.P.S., S.A. ("Empresa" - Nota Introdutória) e subsidiárias, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 196.775.010 Euros e capitais próprios de 39.439.389 Euros incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 2.723.016 Euros), as Demonstrações Consolidadas pró-forma dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

#### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") tal como adoptadas na União Europeia, e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



**Opinião**

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da F. Ramada Investimentos S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado pró-forma das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados pró-forma no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Ênfase**

6. Conforme mencionado na Nota Introdutória do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 16 de Abril de 2008 foi celebrada a escritura pública que formalizou a cisão simples da Altri SGPS, S.A. por destaque essencialmente do investimento financeiro representativo da totalidade do capital social da F. Ramada – Aços e Indústrias, S.A. para com ele ser constituída a F. Ramada Investimentos SGPS, S.A. Esta operação produziu efeitos contabilísticos e jurídicos a partir 1 de Junho de 2008. Dado que em substância o Grupo F. Ramada não foi alterado pela operação acima referida, as demonstrações financeiras consolidadas anexas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e a informação comparativa relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram preparadas no pressuposto de que aquelas empresas já se encontravam em relação de grupo naqueles exercícios e tendo em consideração os pressupostos e critérios enumerados na Nota 1.1 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Porto, 28 de Abril de 2009

---

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por António Manuel Martins Amaral

## **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS**

### **Aos Accionistas da**

F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A.

#### **1. Relatório**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, submetemos à vossa apreciação este Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Ao longo do exercício em apreço, o Conselho Fiscal acompanhou a evolução da actividade da Empresa e suas participadas, a regularidade dos registos contabilísticos, o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e a eficácia e integridade dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, tendo efectuado reuniões com a periodicidade e extensão que considerou adequadas e tendo obtido da Administração e dos Serviços da Empresa e das suas participadas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, as Demonstrações Consolidadas pró-forma dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente procedeu à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2008, exerceu as suas competências em matéria de supervisão das habilitações, independência e execução das funções do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas da Empresa e apreciou a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Empresa, que mereceu o seu acordo.

#### **2. Parecer**

Face ao exposto, e tendo em consideração o assunto mencionado no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de parecer que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

### 3. Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art. 8º nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº5/2008, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras consolidadas elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, bem como os demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento dão uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado da Empresa em 31 de Dezembro de 2008 e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da F. Ramada Investimentos, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos Serviços da Empresa e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 28 de Abril de 2009

O Conselho Fiscal

---

João da Silva Natária  
Presidente do Conselho Fiscal

---

Manuel Tiago Alves Baldaque de Marinho Fernandes  
Vogal do Conselho Fiscal

---

Cristina Isabel Linhares Fernandes  
Vogal do Conselho Fiscal